



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202181300079	Distribuição: 09/03/2021
Número Único: 0000075-30.2021.8.25.0067	Competência: Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo
Classe: Procedimento Comum	Fase: RECURSO
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo - Seguro
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE

Endereço:

Complemento:

Bairro:

Cidade: SANTA ROSA DE LIMA - Estado: SE - CEP: 49640000

Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289

Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR

Complemento: 5º ANDAR

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201

Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

09/03/2021

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202181300079, referente ao protocolo nº 20210305160304063, do dia 05/03/2021, às 16h03min, denominado Procedimento Comum, de Seguro, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA ____ VARA CÍVEL DE SANTA ROSA DE LIMA/SE.**

CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE, brasileiro, maior, capaz, portador do RG de nº 70170703 – SSP/SE, do CPF 070.800.375-30, residente e domiciliado no Povoado Areias, nº 89, Zona Rural, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640-000., não tem endereço eletrônico, vem, através do seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Travessa Guaporé, nº 889, bairro América, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE DANO
MORAL**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (ARTIGO 319,
INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela **NÃO** realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

I – DOS FATOS

02. No dia 16/07/20, por volta das 20:30 horas, saiu do povoado Areias localizado no município de Santa Rosa de Lima, pilotando sua motocicleta, quando ao passar pelo Povoado Lagoa do Carão, um cachorro entrou no meio da pista, ao tentar desviar do animal acabou colidindo com outra motocicleta, após a colisão desmaiou e quando acordou já havia sido resgatado pela SAMU, em virtude do acidente sofreu fratura da região da cabeça, relato obtido pelo B.O em anexo.

03. Em virtude do acidente, o Requerente foi levado ao HUSE - Hospital de Urgência de Sergipe, onde foi feito todo o atendimento em virtude das graves lesões, principalmente na cabeça, o autor ficou com graves sequelas neurológicas como vemos na documentação em anexo, apesar do bom procedimento médico, o Requerente ficou com sequelas permanentes.

04. Como vemos documentação em anexo, o Requerente passou pro procedimento neurocirúrgico, depois desse procedimento, vem sofrendo com fortes dores de cabeça, perda do equilíbrio, perde de audição e sequelas com perca da visão do olho esquerdo.

05. Assim, diante de toda a documentação e provas, comprovando o acidente de trânsito e comprovando as sequelas deixadas pelo acidente, o Requerente decidiu procurar o poder judiciário e propor a presente demanda para que seu direito possa ser resguardado, devendo a Requerida ser compelida a pagar a indenização referente ao seguro DPVAT.

II - DO DIREITO

II.I-DO DEVER DE INDENIZAR DA REQUERIDA

06. O seguro DPVAT, é um seguro obrigatório responsável pelo pagamento da indenização aos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples e sequer é preciso advogado ou terceiro para fazer sua solicitação, para o seguro ser pleiteado, basta apenas, comprovar o acidente de trânsito e os danos sofridos em decorrência do mesmo, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

(Grifamos)

07. Já os artigos 3º e 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcritos), estabelece as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito.

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações **por morte, por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada*

(...)

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”
(grifos nosso)

08. Como podemos ver, o Requerente está coberta pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso o autor seguiu todos os procedimentos necessários para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos.

09. Diante do exposto, vem o Requerente perante Vossa Excelência, pedir a condenação da Requerida no pagamento da indenização estabelecida no art. 3º, alínea II da Lei 6.194/74, **no valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente aos danos causados em virtude ao acidente de trânsito sofrido que deixou sequelas permanentes como dores de cabeça, perda do equilíbrio, perda de audição e sequelas com perda da visão do olho esquerdo,** seguindo os parâmetros determinados na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado.

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual
<i>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</i>	<i>da Perda</i>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais,	
pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	

<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos</i>	70
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés</i>	50
<i>Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar</i>	25
<i>Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão</i>	10
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho</i>	50
<i>Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral</i>	25
<i>Perda integral (retirada cirúrgica) do baço</i>	10

III-DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente a indenização devida, em virtude do acidente de trânsito narrado acima no valor de **R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente aos danos causados em virtude ao acidente de trânsito sofrido, que deixou sequelas permanentes como dores de cabeça, perda do equilíbrio, perda de audição e sequelas com perda da visão do olho esquerdo,** respeitando os valores fixados no art. 3º, alínea II, da Lei no 6.194/74, e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação do Requerente não é aquela apontada, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual corresponde ao dano causado em seu membro lesionado, aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Que seja a Requerida condenada a restituir ao Requerente os gastos que teve com consultas, remédios, tratamento e outras despesas médicas realizadas para o tratamento de seus problemas de saúde que advieram do acidente de trânsito narrado acima no valor de R\$160,00 (cem e sessenta reais);

e) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbência, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC, ou, que seja arbitrado honorários utilizando os preceitos esculpidos no artigo 85, § 8º do CPC, arbitrando honorários dignos em virtude do trabalho desempenhado pelo advogado para fazer justiça e que dignifique a advocacia.

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), valendo-se a Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

A Requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensado sua realização desde já.

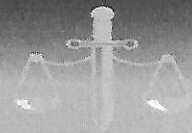
O valor da causa é R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais),

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 05 de março de 2021.

ELTON SOARES DIAS
OAB/SE 10.289



PROCURAÇÃO

Através do presente instrumento particular de procuração, **CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE**, pessoa física inscrita no RG nº 70170703 - SSP/SE, CPF nº 070.800.375-30, titular do telefone (79) 99822-4399, do e-mail: *mislainesantos1903@gmail.com*, com endereço situado no Pov. Areias, nº 89, Zona Rural, município de Santa Rosa de Lima/SE, CEP: 49640-000, nomeia e constitui como sua Procuradora, **THAIRINE FABRÍCIA DA SILVA**, advogada inscrita na OAB/SE nº 7.514, possuidora do e-mail: *thairinesilva.adv@hotmail.com*, com endereço profissional na Rua Itabaiana, nº 618, Centro, município de Aracaju/SE, CEP 49.015-110 outorgando-lhe consoante disposto no art. 105 do Código de Processo Civil, conferindo-lhe poderes especiais para o foro em geral à defesa de seus direitos e interesses, com as cláusula *ad judicium e et extra*, em qualquer Esfera, Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, desistir, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Em especial para propor Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT SA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 7061363-18.2016.8.22.0001.

O presente instrumento, é válido por tempo indeterminado ou até a renúncia expressa pela Outorgante.

Aracaju/SE, em 23 de setembro de 2020.

Cleverton Freitas de Andrade

CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço SEM RESERVA de iguais, na pessoa do Advogado **ELTON SOARES DIAS**, inscrito na OAB/SE sob nº 10.289, todos os poderes que a mim foram outorgados por **CLEVERTON PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portadora do CPF nº 815.568.295-15, do RG nº 1568115-SSP/SE, da CNH de Registro nº 02664414098 e Formulário nº 1555569740, proprietário do veículo de placa QKP-4200/SE, Cód. de RENAVAM nº 1026166648, residente e domiciliado na Av. Chanceler Osvaldo Aranha, nº 753, bairro Novo Paraíso, Aracaju/SE, CEP: 49082-110, possuidor do e-mail: *clevertonpereira@hotmail.com*, para pleitear o recebimento do seguro DPVAT, em face da **SEGURADORA LÍDER – DPVAT**.

Aracaju/SE, em 01 de março de 2021.

THAIRINE FABRICIA DA SILVA
OAB/SE nº 7.514

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO SERGIPE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Elvinton Freitas de Andrade

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Carteiras

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.017.070-3 2. VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 12/01/2015

NOME
CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE

FILIAÇÃO
CARLOS ALBERTO DE ANDRADE
NEILCE DE FREITAS

NATURALIDADE
SANTA ROSA DE LIMA-SE DATA DE NASCIMENTO
27/06/1994

DOC ORIGEM
CT. NASCIM. NR 5991 LV A08 FL 279

CPR CART. DIST. MOITA BONITA. COM. RIBEIROPOLETU-SE

070.800.375-30

ASSINATURA DO DIRETOR
EVERETT FERREIRA DA SILVA
Diretor do Inst. de Ident. Dr. Carlos Minneses

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
POV AREIAS, S/N - AREA RURAL
SANTA ROSA DE LIMA / SE CEP 46840000 (AG 220)
CPF/CNPJ/RANI: 070 800 375-30



Grupo: CONVENCIONAL BAIXA TENSÃO / Subgrupo: B1
Classe: RES MTC B1 / Subclasse: BAIXA RENDA
Ligação: MONOFÁSICO
Roteiro: 10-310-740-552 Nº Medidor: A5026164017

UNIDADE CONSUMIDORA (UC)
3/1033417-5

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00010334175

	VALOR DA FATURA R\$ 14,38		VENCIMENTO 22/01/2021
	REFERÊNCIA Jan / 2021		CONSUMO 52kWh 1,79 kWh MÉDIA DIÁRIA
SITUAÇÃO DE DÉBITOS Sujeito a corte! Reaviso de vencimento: Seu fornecimento poderá ser suspenso a partir de 30/01/21 Regularize seus débitos		FATURAS EM ATRASO Dez/20 R\$15,77	

DESCRIPTIVO									
CCI	Descrição	Quant	Tarifa c/ Tributos	Valor Base Calc Total (R\$)	Alíq ICMS (R\$)	ICMS Base Calc (R\$)	PIS (R\$)	Cofins (R\$)	ICMS (R\$)
0601	Consumo até 30kWh-BR	30	0,182520	5,47	0,00	0,00	5,47	0,03	0,17
0601	Consumo - 31 a 100kWh-BR	22	0,312900	6,88	0,00	0,00	6,88	0,04	0,21
0601	Adic. B Vermelha			0,74	0,00	0,00	0,74	0,00	0,02
0601	Adic. B Amarela			0,17	0,00	0,00	0,17	0,00	0,00
0610	Subsídio			15,85	0,00	0,00	15,85	0,10	0,49
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0804	JUROS DE MORA 11/2020			0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 11/2020			0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0899	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 11/2020			0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-15,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL: 14,38 0,00 0,00 28+11 0,17 0,89
Tarifa s/ Tributos: Até 30kWh: 0,175700 Até 100kWh: 0,301200
RESERVADO AO FISCO 446c.f6bc.cd6b.6bf7.74cf.b966.4992.442c.

HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)				COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
Período	Consumo	Leitura	Leitura Anterior	Descrição	Valor (R\$)	%
Jan/20	46			Serviços de Dist. da Energisa/SE	4,80	33,42
Fev/20	49			Compra de Energia	6,45	44,82
Mar/20	70			Serviço de Transmissão	0,82	4,32
Abr/20	54			Encargos Setoriais	0,90	6,27
Mai/20	61			Impostos Diretos e Encargos	1,59	11,07
Jun/20	57			Outros Serviços	0,00	0,00
Jul/20	43			Total	14,38	100,00
Ago/20	63			Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref. 11/2020) R\$7,60		
Sep/20	70					
Out/20	63					
Nov/20	59					
Dez/20	56					
Média	57					

INDICADORES DE QUALIDADE				REFERÊNCIA 11/2020 - Conjunto MOITA BONITA		
MENSAL	APURADO TRIMEST.	ANUAL	LIMITE DE TENSÃO (V)			
11,18	0,00	22,32	NOMINAL	127		
7,59	0,00	15,19	CONTRATADA	117		
8,08	0,00		LIMITE INFERIOR	117		
18,80			LIMITE SUPERIOR	133		

ATENÇÃO

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
- Para preservar sua saúde, a Energisa está pronta para te atender pelos canais virtuais: site App Energisa ON e WhatsApp (79)68101-0715. E-mail para envio de documentos: callcenter-ese@energisa.com.br
- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 30/01/2021. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade de devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento de a(s) fatura(s) acima, desconside-se esta mensagem.
- Fatura sujeita à inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplência.
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$15,26.
- Atenção: A responsabilidade pela iluminação pública é da Prefeitura do município. Problemas com iluminação Pública, contate a Prefeitura local de seu município.

ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA - Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa
Aracaju/SE - CEP 49040-150 - CNPJ 13.017.462/0001-63 - Ins. Est. 270.767.436
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº031.365.511 - Emissão: 15/01/2021
Esta NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA Fica disponível para consulta e pagamento a partir de 16/01/2021

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL
00190.00009 03268.919002 25033.910172 4 85080000001438

PAGADOR: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE - CPF/CNPJ 070 800 375-30				
POV AREIAS, S/N - AREA RURAL				
SANTA ROSA DE LIMA / SE CEP 46840000				
Nosso Nr.	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
32689190025033910	001033417202101	22/01/2021	R\$ 14,38	

BENEFICIÁRIO: ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA CNPJ 13.017.462/0001-63
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa - Aracaju / SE - CEP 49040-150
Agência / Código do beneficiário: 3084-3/178003-4





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DISTRITAL DE SANTA ROSA DE LIMA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00012751/2021

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 10/02/2021 09:05:17 Data/Hora Fim: 10/02/2021 09:22:52
Origem: Órgão: Outros
Delegado de Polícia: Nayanna Gomes Batalha de Goes

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade de Apuração: Delegacia Distrital de Santa Rosa de Lima

Data/Hora do Fato: 16/07/2020 20:30 (Hora Aproximada)

Local do Fato

Município: Santa Rosa de Lima (SE)

Bairro: Povoado Areias

Logradouro: SE 240

CEP: 49.640-000

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: AUTO LESÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE (VÍTIMA, COMUNICANTE)			
Nacionalidade: Brasileira	Sexo: Masculino	Nasc: 27/06/1994	Idade: 26
Profissão: Autônomo			
Estado Civil: Sem Informação		Naturalidade: Santa Rosa de Lima - SE	
Nome da Mãe: Neilce de Freitas		Nome do Pai: Carlos Alberto de Andrade	

Documento(s)

CPF: 070.800.375-30

Endereço

Município: Santa Rosa de Lima - SE

Logradouro: Povoado Areias

Bairro: Povoado Areias

Telefone: (79) 99822-4399 (Celular)

Nº: SN

CEP: 49.640-000

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 059.028.885-73	Placa QKQ6F66
Renavam 01042909420	Número do Motor KC16E8F557050
Número do Chassi 9C2KC1680FR557050	Ano/Modelo Fabricação 2015/2014
Cor PRETA	UF Veículo SE
Município Veículo São Cristóvão	Marca/Modelo HONDA/CG150 FAN ESDI
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1,00 Unidade
Situação Meio Empregado	Última Atualização Denatran 13/01/2021
Situação do Veículo NADA CONSTA	
Nome Envolvido	Envolvimentos



Impresso por: Nayanna Gomes Batalha de Goes
Data de Impressão: 10/02/2021 09:22:55

Página 1 de 2
PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DISTRITAL DE SANTA ROSA DE LIMA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00012751/2021

Nome Envolvido	Envolvimentos
Cleverton Freitas de Andrade	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

Relata o comunicante que no dia 16/07/2020, por volta das 20:30 horas, saiu do povoado Areias localizado neste município, pilotando uma motocicleta que está descrita acima na aba objetos, seguia em direção ao povoado Lagoa do Carão, quando chegou em um certo ponto da rodovia SE240, havia um cachorro no meio da pista em um local que havia uma curva, foi desviar do animal e colidiu em outra motocicleta, após a colisão o noticiante desmaiou e quando acordou já havia sido resgatado pela equipe do SAMU. Que teve uma fratura na região da cabeça.

ASSINATURAS

Nayanna Gomes Batalha de Goes

Delegado de Polícia
Matrícula 2191

Responsável pelo Atendimento

Cleverton Freitas de Andrade

Cleverton Freitas de Andrade

Vítima, Comunicante

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Impresso por: Nayanna Gomes Batalha de Goes

Data de Impressão: 10/02/2021 09:22:55

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos

RELATÓRIO MÉDICO

Ministério de Saúde

NOME DO PACIENTE: CLAYTON FREITAS DE ANDRADE
 DATA DA ENTRADA: 13/08/2020
 DATA DA SAÍDA: 21/08/2020

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAÇÃO: PS (R) ENFERMARIA (R) UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente com diagnóstico de COVID-19 em fase crônica de resolução de infecção viral, apresentando prontidão para alta médica. A otolaringoscopia foi realizada, normal, e am relatório normal em alta médica.



Certifico e dou fé que a presente cópia reprográfica é a reprodução fiel do original que me foi exibido.

Santa Rosa de Lima/SE, 14 de setembro de 2020.

"Em Teste da verdade."

Olga Mª Porto do Nascimento Moura
 Escrevente Autorizada
 AA070617

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

TC de crânio: ausência de lesão difusa
TC de crânio: normal

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Silva e Dr. Porto do Nascimento

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (R) TRANSFERIDO () ÓBITO () EVASÃO ()

ARACAJU, 09 de 09 de 2020

Silvio E. V. Almeida
 SAMM/HUSE
 CRM 2510

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

MS/DATASUS

HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE

No. DO BE: 166582
CNS:DATA: 17/07/2020
SETOR: 06-SUTURA

HORA: 09:08

USUARIO: ACFERREIRA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
IDADE: 26 ANOS NASC: 27/06/1994
ENDERECO: PV AREIA
COMPLEMENTO: BAIRRO: ZONA RURAL
MUNICIPIO: SANTA ROSA DE LIMA UF: SE CEP: 49640-00
NOME PAI/MAE: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE / NEILGE DE FREITAS
RESPONSAVEL: ESPOSA MISLAINE \SAMU TEL: 79998918
PROCEDENCIA: SANTA ROSA DE LIMA 5
ATENDIMENTO: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

Paciente trazido de Itabaiana via samu após colisão moto x moto.
Apresenta escoriações em couro cabeludo, otorragia. A.R. m.v. dist.
sem RA. ACV. RCR em 2 + BNF sem vômito. Abd. macio, indolor. Intu-
midades, eructos em mmui, sem flatulência a parentis.

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

Flasqueu 15, nega delírio ou perda de consciência. Nega queixe-
ra. TC cranio e RX realizadas em Itabaiana. alergia

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Soluto avaliação neurocirurgia
Soluto aval. bucomaxilo

Dra. Ana Paula da S. de Amorim
Médica
CRM-SE 5866

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATO

HUSE

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

REGISTRO: 5614

REGISTRO: 0141/2020

DATA: 15/07/2020

DATA: 17/07/2020

HORÁRIO: 11h00min SIC

HORÁRIO: 5566

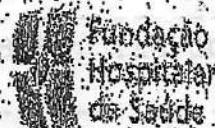
Técnico: Ailton

Técnico: Ailton

Ata, 003-15, Orlado de 15 a 20 -
noe, 01 Y 15/10/15.

HUSE - TCC 1/2 - TCC 1/0

Diogo de Jesus Menezes
Neurocirurgião Intervencionista



FICHA DE ATENDIMENTO

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO - SISTEMA DE MANCHESTER

DO PACIENTE (Sem abreviações):

REGISTRO:

ETNIA:

DATA: / /

DE NASCIMENTO

NOME DA MÃE:

HORA:

ÇÃO / QUEIXA:

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

OGRAMA:

PRIMINADOR:

GIAS (MEDICAMENTOS E ALIMENTOS):

VERBETOR:

VERBETOR

AMARELO

VERBETOR

VERBETOR

MUITO URGENTE

URGENTE

POUCO URGENTE

NÃO URGENTE

0 MIN

10 MIN

60 MIN

120 MIN

240 MIN

RVACÃO:

NO / ENCAMINHAMENTO:

COREN:

ASSINATURA:

ENADOR:

DATA: / /

HORA: h

SSIFICAÇÃO PARA A PRIORIDADE:

DISCRIMINADOR

as h min

ENF:

COREN:

RMADA IDENTIFICAÇÃO COM O PACIENTE / FAE / PULSEIRA? (S/N)

ADA PULSEIRA? (S/N)

AL MEMBRO? (PULSO E / PULSO D / TORNOZELO E / TORNOZELO D)

HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 19714
Numero do CNS.....: 0000000000000000 408009809245426.
Nome.....: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
Documento.....: Tipo :
Data de Nascimento: 27/06/1994 Idade: 26 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE
Nome da Mae.....: NEILCE DE FREITAS
Endereco.....: PV AREIA
Bairro.....: ZONA RURAL Cep.: 49640-000
Telefone.....: 79998918975
Município.....: 2806503 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 166582
Clinica.....: 945 - PS VERDE TRAUMA II
Leito.....: 999.0119
Data da Internacao: 18/07/2020
Hora da Internacao: 00:03
Medico Solicitante: 912.872.785-15 - TIAGO DE JESUS MENEZES
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: TSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

GUIA DE TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR

TIPO DE PULVERIAÇÃO: () Tipo A () Tipo B () Tipo C () Tipo D

A- remoções simples e de caráter eletivo / B- transporte inter-hospitalar sem risco / C- Veículo de Resgate Pré-Hospitalar de suporte básico / D- Veículo de Resgate Pré-Hospitalar de Suporte Avançado

HOSPITAL DESTINO: HUSE

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: Clayton Fritos Andrade C. Identidade: _____

SEXO Masc ☒ Fem () IDADE: 26 anos Data de Nascimento: ____/____/____

ESTADO CIVIL: Casado () Solteiro () Outros () Cartão do SUS:

ENDereco:

TEL. _____

QUADRO CLÍNICO

CONFIDENTIAL

FC: 102 bpm FR: 24 ipm STOP PA: 110 x 70 mmHg GLASGOW: 15

[illegible]

TRATAMENTO INSTITUÍDO ATÉ O MOMENTO

MEDICAÇÃO(ÕES) UTILIZADA(S) D. Amarelo

EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS (Resumo dos resultados) *TC crânio.*

INFORMAÇÕES DA TRANSFERÊNCIA

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA: () falta de vaga (X) procedimento especializado () outros

MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO

MÉDICO QUE ACOMPANHARÁ: _____

ENCAMINHAR FOTOCOPIAS XEROX DOS EXAMES REALIZADOS

ENGINEERING PRESS CHICAGO, ILL. 60646

ENFº RESPONSÁVEL PELO SETOR

DATA

MÉDICO SOLICITANTE
Assinatura / Carimbo



EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE

Página nº

Nome do Paciente: Ueriton Freitas

Idade:

Sexo:

Unidade de Produção: 108.3

Leito:

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
22.07.2020		<u>Psicologia (M)</u> Realizado atendimento psicológico, paciente orientado, sensível, relatou que após acidente de moto, porém não se lembra de como ocorreu. Queima-se de dor no colo no curativo. Acompanhada de familiar. Aguarda realização de exame. Dificuldade para dormir à noite devido ao in-tenso. Dado suporte emocional.
		<u>Cyrlle Mello</u> CRP191733
23.07.20		<u>Exame de Pêlo</u>
10:00		Paciente avaliada, apresentando lesão por contusão em MIE, entrecos, presença de hematomas + pontos de sutura + curativos em uma pequena quantidade. Sugere uso de analgésico 2x ao dia associado a Gase PMSB.
		<u>Danielle Ramos C. de Araújo</u> Coren-SE 2024... ENF

Página nº 2

p. 22

MS/DATASUS

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

No. DO BE: 798045

DATA: 16/07/2020

HORA: 22:46

USUARIO: DRJESUS

CNS:

SETOR: 05-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
IDADE.....: 26 ANOS NASC: 27/06/1994
ENDEREÇO.....: POA AREIAS
COMPLEMENTO....: CASA BAIRRO: Z R
MUNICIPIO.....: SANTA ROSA DE LIMA UF: SE CEP....: 49640-000
NOME PAI/MAE...: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE /NEILCE DE FREITAS
RESPONSÁVEL....: O PROPRIO TEL....: NAO SABE
PROCEDENCIA....: SANTA ROSA DE LIMA - SE
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [] X PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: 573 [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
173 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: 12/08

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA:

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

HOSPITAL REGIONAL ITABAIANA

Exame: TC DE CENIO

Data: 17.07.2020

PRESCRICAO

HOSPITAL REGIONAL DE ITABAIANA

Dr. PEDRO GARCIA MORENO FILHO

UP: PRONTO SOCORRO

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

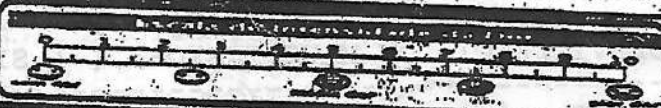


☐ BUSCA ESPONTÂNEA ☐ ENCAMINHAMENTO ☐ SAMU ☐ CORPO DE BOMBEIRO
☐ AMBULÂNCIA ☐ GESTANTE ☐ ACIDENTE DE TRABALHO

Duração da Queixa: ☐ Agudo ☐ Crônico:

Alergias: ☐ Sim ☐ Não. Qual?

História-Preensão: ☐ DM ☐ Cardiopatia
☐ HAS ☐ Eritista ☐ Tabagista



Student Name:

Escuela de Canto de Glosas:

[illegible]

Sistema Nervoso

Sistema Respiratório

Sistema Cardiovascular

Sistema Nervoso		Sistema Respiratório		Sistema Cardiovascular	
Consciente	Inconsciente	Eupneico	Tosse	Normocárdico	Hipotenso
Orientado	Desorientado	Ortopnéu	Hemoptise	Hipertenso	Normotenso
Tórpido	Confuso	Taquipneico	Secreção	Dor Torácica	Bradicárdico
Tontura	Náusea	Tir. Intercostal	Tir. Subcostal	Angina	Précordialgia
Isocúria	Midríase	Dispneico	Bradipneico	P. Rítmico	P. Arritmico
Anisocúria	Miose			Taquicárdico	

S. Gastrointestinal

Sistema Genitourinario

Systems Organization

Sistema Genitourinário		Sistema Osteomuscular	
Flácido	Hematêmese	Anúria	Mictúria
Globoso	Melena	Cóhúria	Hematuria
Emese	Constipação	Oligúria	Polaciúria
Pirose		Disúria	Priapismo
Diarreia		Baciloma	Linfoma e Clam
Rígido		Duress Concentrada	

Uso de Medicação: ☐ Não ☐ Sim
Qual?

Eszekiel:

Especialidade:				
Clinico	Cirurgico	Pediatrico	Ortopedico	Enfermagem

Horas de Classificação:

Cartão e Assinatura do Enfermeiro

Classificação de Risco

Azul	Verde	Amarelo	Vermelho
------	-------	---------	----------

Evolução de Enfermagem

[illegible]

Anotação de Enfermagem

p. 24

Data/Hora	Local	Floração	V. populosa	Siglo
	Torres	blooms e mudas em	de construção	
	TC	mudas em	alturas	

Amended
Circular



SOLICITAÇÃO DE EXAME

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (SOLICITANTE)

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE

U.R. de Itaberara

2 - CNES

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - NOME DO PACIENTE

Cleiton Gomes de Melo

4 - Nº DO PRONTUÁRIO

5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

6 - DATA DE NASCIMENTO

27.10.99

7 - SEXO

Fem.

8 - RAÇA/COR

9 - NOME DA MÃE

11 - NOME DO RESPONSÁVEL

13 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Fonte Boa de Leme

15 - COD. IBGE MUNICÍPIO

16 - UF

PE

17 - CEP

PROCEDIMENTO SOLICITADO

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTD

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTD

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTD

JUSTIFICATIVA DO(S) PROCEDIMENTO(S) SOLICITADO(S)

DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO

TCE

CID-10 PRINCIPAL

CID-10 SECUNDÁRIO

CID-10 CAUSAS ASSOCIADAS

RESUMO DA ANAMNESE E EXAME FÍSICO

— Queixa-se de "dor de cabeça" após acidente de automóvel

EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS

— Rx de Coluna Cervical

JUSTIFICATIVA DO PROCEDIMENTO

TCE + Rx de Coluna +

SOLICITAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

Dr. Carlos Roberto Soares

DATA DA SOLICITAÇÃO

17/06/2000

ASSINATURA E CARIMBO

Dr. Carlos Roberto Soares

DOCUMENTO

NÚMERO DO DOCUMENTO (CNS/CPP)

CNS

CPF

00823164475

AUTORIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (EXECUTANTE)

NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE

CNES

OBS: Quem irá autorizar a solicitação de exame será o Superintendente e/ou Diretor Técnico e/ou Diretor Clínico no espaço específico para autorização.

HOSPITAL REGIONAL ITABAIANA

Exame: TCE + RX de Coluna

Data: 17.06.2000



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

Fundação
Hospitalar
de Saúde
Núcleo de Acesso e
Qualidade Hospitalar - NASH
Unidade de Acesso e Apoio - UAA

GUIA DE TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR

Tipo de Ambulância: () Tipo A () Tipo B () Tipo C () Tipo D

A- remoções simples e de caráter eletivo / B- transporte inter-hospitalar sem risco / C- Veículo de Resgate Pré-Hospitalar de suporte básico / D- Veículo de Resgate Pré-Hospitalar de Suporte Avançado

HOSPITAL DESTINO: HUSE

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: Clayton F. dos Anjos C. Identidade: _____

SEXO Masc ☒ Fem ()

IDADE: 26 anos

Data de Nascimento: ____/____/____

ESTADO CIVIL: Casado () Solteiro ()

Outros ()

Cartão do SUS: _____

ENDEREÇO: _____

TEL: _____

QUADRO CLÍNICO

FC: 102 bpm

FR: 16 ipm 50/99 PA: 110 x 70 mmHg

GLASGOW: 15

RESUMO: Paciente vítima de lesão moto x moto, sem cefaleia, náusea, vômito, alteração de consciência. Lesão de membros superiores e inferiores. MEF 11 DE, instável. Levantou-se, expressão de Glasgow 15, pupilas isocóricas e foto reagentes. Trauma sintomático em abdômen. Abd. flácido, indolor. Otite média e E. ou

TRATAMENTO INSTITUÍDO ATÉ O MOMENTO

MEDICAÇÃO(ÕES) UTILIZADA(S) Dipirona

EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS (Resumo dos resultados) T. C. abdômen

INFORMAÇÕES DA TRANSFERÊNCIA

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA: () falta de vaga ☒ procedimento especializado () outro

MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO

MÉDICO QUE ACOMPANHARÁ:

Imanda Barreto
CRM 5595

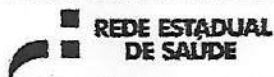
ENCAMINHAR FOTOCOPIAS (XEROX) DOS EXAMES REALIZADOS

ENCAMINHAR PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS

ENFº RESPONSÁVEL PELO SETOR

DATA

MÉDICO SOLICITANTE
Assinatura / Carimbo



REDE ESTADUAL
DE SAÚDE

SOLICITAÇÃO DE EXAME

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (SOLICITANTE)

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE

2 - CNES

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - NOME DO PACIENTE

4 - Nº DO PRONTUÁRIO

5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

6 - DATA DE NASCIMENTO

7 - SEXO

8 - RAÇA/COR

9 - NOME DA MÃE

11 - NOME DO RESPONSÁVEL

13 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

15 - COD. IBGE MUNICÍPIO

16 - UF

17 - CEP

PROCEDIMENTO SOLICITADO

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTD

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTD

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTD

JUSTIFICATIVA DO(S) PROCEDIMENTO(S) SOLICITADO(S)

DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO

CID 10 PRINCIPAL

CID 10 SECUNDÁRIO

CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

RESUMO DA ANAMNESE E EXAME FÍSICO

— Queixa de "dor de cabeça" ops. súbita
de natureza

EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS

— Rx de base cervical

JUSTIFICATIVA DO PROCEDIMENTO

TRT + Rx de base cervical

SOLICITAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

DATA DA SOLICITAÇÃO

ASSINATURA E CARIMBO

DOCUMENTO

NÚMERO DO DOCUMENTO (CNS/CPF)

() CNS

() CPF

AUTORIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (EXECUTANTE)

NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE

CNES

OBS: Quem irá autorizar a solicitação de exame será o Superintendente e/ou Diretor Técnico e/ou Diretor Clínico no espaço específico para autorização.

Secretaria de Estado da saúde
Hospital de Urgência de Sergipe
Laboratório de Análises Clínicas
DIAGNÓSTICO IMEDIATO DAS MENINGITES

Nome do Paciente: *Devorlon Freitas de Miranda*

Data de Nascimento: *27/06/94*

Setor de Origem: *ALA 100*

Hora: *17* h *00* min

Data: *24/01/2020*

EXAME FÍSICO

Aspecto: *limpido*

Cor: *amarelo*

EXAME BIOQUÍMICO

Glicose: *49*

(VR=45-70 mg/dl)

Proteínas totais: *60.0*

(VR=10-45mg/dl)

Cloreto: *120*

(VR=118-132mEq/l)

Pandy: *—*

(VR=negativo)

CELULARIDADE

Leucócitos totais: *341* (VR=0-10 cél/mm3)

Contagem diferencial dos

leucócitos

Hemácias: *00*

cél/mm3

PMN: *—* % *15*

LMN: *—* % *85*

MICROSCOPIA

Gram: *Ausência de bactérias*

LDA: 24

Tinta da China: *NEGATIVO*

EXAME MICROBIOLÓGICO

Cultura de LCR em andamento

Hemocultura colhida às h min.

EXAME DE LÁTEX NO LCR

Bactéria pesquisada	Resultado da aglutinação em látex
<i>Neisseria meningitidis A;</i>	
<i>Neisseria meningitidis C;</i>	
<i>Neisseria meningitidis B/ E.coli K1;</i>	
<i>Streptococcus B;</i>	
<i>Streptococcus pneumoniae;</i>	

EXAME DE LÁTEX NO SORO

Bactéria pesquisada	Resultado da aglutinação em látex
<i>Neisseria meningitidis A;</i>	
<i>Neisseria meningitidis C;</i>	
<i>Neisseria meningitidis B/ E.coli K1;</i>	
<i>Streptococcus B;</i>	
<i>Streptococcus pneumoniae;</i>	

OBS: Pode ocorrer resultado falso-positivo em indivíduos portadores do fator reumático ou em reações cruzadas com outros agentes.

OBS:

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página nº 2

DATA	HORA	HISTÓRICO
17/07/2020	17:00h	# (Otorrino) # Pac 07, 26 anos 1º DIH rec. a acidente motorciclístico. Internado pela neuro, refere otorrquia a esquerda desde o mo- mento do acidente. Refere boa audição. Nega tontura ou leve- tar-se. Refere espolia intensa. Ao exame: (Otoscoopia direita: normal. (Otoscoopia esquerda: conduto au- ditivo externo completamente preen- chido por secreções com aspecto de líquor e sangue. Apresenta paralisia facial a esquerda, grau IV de House e Brack- mann. SD: Fístula líquórica e Paralisia facial a esquerda. CS: Manter internação pela neuro. Observações clínicas. Solicito T.C. de mastoidees para avaliar nervo facial. Perseverante cuidados oculares. A disposição, Dra. Juliana Fraga Otorrinolaringologista CRM-SE 4157 / RQE 2641
19/07/20	19h	Interno com Paciente admi. proveniente do ver- de trauma com período de moni- toração e acompanhamento. Apresenta discrepância verbalizando. Curativo em MM I e II. Com otorrquia eliminando secreções serosanguí- neas. Diurese (+), Evacuados (+) Segue aos cuidados de enf.



Fundação
Hospitalar
de Saúde

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE

PRONTO SOCORRO ADULTO

Página nº 1

Nome do Paciente: Carla Maria de Jesus Idade: 28 Sexo: M
Unidade de Produção: _____ Leito: _____ Nº do Prontuário: _____

DATA	HORA	HISTÓRICO
7/02/20		N.R.
		Admissão pelo último quadro de mal 1/2020.
		Admissão: 03-05-2020. Exames 07/20.
		Exames de 21 novembro.
		Neurologia a (E).
		TC de crânio s/c: parietal esquerdo em nível de mesa.
		TC de col. cervical s/c:
		sem sinais de ruptura ou lesão.
		Dano: os cuidados da equipe de CUP da N.R.
27/11/20	10h	CD MF
		Para o controle pelo serviço de urgência, As mesmas foram TC de crânio e de coluna de urgência. Exames de 21 novembro. Exames de 21 novembro de patologia atualizada. Exames de 21 novembro.
		Dr. Carlos Humberto T.S. de Oliveira in-lacta Dr. Carlos Humberto T.S. de Oliveira Cirurgia Buco-Maxilo-Facial ERG-SE 1284



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE
PRONTO SOCORRO ADULTO



Página nº 1

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Nome do Paciente: Cleverton Freitas de Andrade

Idade: 26

Sexo: M

U.P:

Matrícula:

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
19/07/2020	08h	Paciente no leito, acordado, calma, consciente, verbalizando de forma adequada de serotonia, se queixa no momento de Dengue.					
	10h	Segue em observação de Dengue.					
	12h	Administração medicamentosa de Dengue.					
	14h	Removido para o leito de Dengue.					
	14:30	Encaminhado à enfermaria de Dengue.					
	14:35	Paciente admitido neste setor procedente da área de trauma acordado com o consentimento de que se dispense a serotonia em um leito de observação por ser serotônico apresentando 1 dia de sintomas recorrentes sem comprometimento da função e do trabalho.					
	16h	Paciente segue sob observação de Dengue, sem alterações.					
	18:10	Administração medicamentosa por conta de serotonia de Dengue.					
	19:40	Paciente consciente, acordado, em repouso, no leito de observação, verbalizando de forma adequada de serotonia por serotonia de Dengue.					
	20:00	Paciente no leito, calma, consciente, verbalizando de forma adequada de serotonia de Dengue.					

1. Renna

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Página nº2

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
19		de 14:00 - 16:00 com					
19	14:00	sem alteração de					
19	16:00	momento - 16:00 com					
19	18:00	adormecimento de					
19	20:00	de 18:00 - 20:00 com					
19	22:00	adormecimento de					
20	06:00	adormecimento de					
20	08:00	adormecimento de					
20	10:00	adormecimento de					
20	12:00	adormecimento de					
20	14:00	adormecimento de					
20	16:00	adormecimento de					
20	18:00	adormecimento de					
20	20:00	adormecimento de					
20	22:00	adormecimento de					
20.07.20		Paciente calmo, eus-					
		ente, quieto, sem					
		co, cianótico, afel-					
		do, toco, (desalga-					
		do) - Tec. lit.					
	08:00	Paciente sem					
		- Tec. lit.					
	09:00	Paciente com					
		dispneia + suco					
		do + cianose na					
		perna, ombro e					
		co - Tec. lit.					
	10:00	Paciente					
		- Tec. lit.					
	12:00	Admissional me-					
		dicado do					
		de 12:00 - 14:00					
		de 14:00 - 16:00					
		de 16:00 - 18:00					
		de 18:00 - 20:00					
		de 20:00 - 22:00					
20/07	14:00	Paciente calmo, eus-					
20		ente, quieto, sem					
		co, cianótico, afel-					
		do, toco, (desalga-					
		do) - Tec. lit.					
	16:30	Paciente com					
		dispneia + suco					
		do + cianose na					
		perna, ombro e					
		co - Tec. lit.					
	17:00	Paciente com					
		dispneia + suco					
		do + cianose na					
		perna, ombro e					
		co - Tec. lit.					
	18:00	Paciente com					
		dispneia + suco					
		do + cianose na					
		perna, ombro e					
		co - Tec. lit.					

108-3

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

ALA 100

Nome do Paciente: Cleverton Freitas de Andrade

Idade: 26a

Sexo: M

U.P:

Matrícula:

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
18/07	18:30h	Paciente em repouso no leito, calmo, consciente, orientado, anamnese atualizada, medicamentosa em uso de Sieroterapia em Vena periférica. Em quitação o relato no momento. Em Companhia de familiares. Administrada medicamentos durante o período conforme prescrição médica. - 11 -					
18/07	19:30h	Segue mantendo o quadro neurológico, cuidados e observação constante do enfermeiro. - 11 -					
18/07	20:00h	Em Tempo - As 06 horas foi puncionado no braço direito Venoza periférica com Kleen 20 e logo após o paciente retirado. - 11 -					
20/07	20:00h	Paciente Calmo, Consciente, Orientado, desperto, acionático, afetuoso, topeiro, verbalizando desorientado. Em uso SVP - Têc litp					
08/08	08:00h	Paciente tranquilo - Têc litp					
09/08	09:00h	Tomada de banho de aspersão + higiene do leito + curativos na perna. Têc litp					
10/08	10:00h	Realizados SVP com fêco 20 - Têc litp					
12/08	12:00h	Administração de medicação do dia. Desfecho da evolução.					

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
21/07/2020	00h	do enfermagem — do Lito 311731					
21/07/2020	04h	paciente jovem, no leito, cal- mo, consciente, acenético, amistoso, eufórico, em uso de soroterapia por acesso periférico em RSD, segue em observação de enferma- gem. — Julian 151042					
21/07/2020	10h	paciente queixa-se de alorria (cefaleia) administrada me- dicção SOS, conforme pres- crição médica. — Julian 151042					
21/07/2020	18h	Administrada medicação de horário, segue em observa- ção e aos cuidados de enfermagem. — Julian 151042					
21/07/2020	20h	Deitado no leito em decú- bito dorsal em uso de soroterapia por acesso peri- férico em RSD, sem alterações no presente momento. — administrada medicação pres- crita. Ref: Enf. Danielle Cor- reia 107857					
21/07/2020	21h	Deitado a lateral (L) Ref: Danielle Corri 107857					
21/07/2020	24h	Administrada medicação de horário conforme pre- scrição médica. Ref: Enf. Danielle Corri 107857					
03/08/2020	13h	Refeição líquida interna, admi- nistrada trocador 100mg + 5.0g/ L conforme prescrição médica Ref: Enf. Danielle Corri 107857					
03/08/2020	06h	Deitada semite, leito digno HAD - U. Emergência (HAD U. Ref: Enf. Danielle Corri 107857					
03/08/2020	07h	Tranquila e plácida com o paciente no leito em decúbito dorsal com ventilação por via nasal. Ref: Enf. Danielle Corri 107857					

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Nome do Paciente:

Eleuterio Freitas de Siqueira

Idade:

Sexo:

U.P.:

Matrícula:

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
21/07	07:00	Paciente vem com queixas de cansaço, orientado, hidratado, mucosas úmidas, eufórico, não em uso de medicação. Recebeu 100mg de paracetamol por via oral. SVO 19% 500 ml conforme prescrição médica de 22/07.					
21/07	10:00	Medicamento conforme prescrição médica.					
21/07	12:00	Paciente segue sob cuidados de enfermagem.					
21/07	14:00	Paciente consciente, eufórico, afeto preservado, sem alterações significativas e 1º horário - 524758					
21/07	16:00	Paciente consciente, sem alterações significativas e 2º horário - 524758					
21/07	18:00	Paciente consciente, sem alterações significativas e 3º horário - 524758					

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
01/05/2020	06:00	Admissão de emergência - Zelador de emergência e segundo atendimento no ambulatório - 115. Mucosa oral					
01/05/2020	07:00	Apresenta no lado direito do abdome dor com caráter crônico e intermitente da equipe de enfermagem					
01/05/2020	08:00	Admissão de emergência - presente segun encaminhado para ambulatório. Apresenta dor crônica localizada no abdome presente segun encaminhado para ambulatório. Apresenta dor crônica localizada no abdome presente segun encaminhado para ambulatório. Apresenta dor crônica localizada no abdome					
01/05/2020	09:00	Apresenta segun com alteração contínua da equipe de enfermagem. Apresenta dor crônica localizada no abdome presente segun encaminhado para ambulatório. Apresenta dor crônica localizada no abdome					
01/05/2020	10:00	Apresenta segun com alteração contínua da equipe de enfermagem. Apresenta dor crônica localizada no abdome presente segun encaminhado para ambulatório. Apresenta dor crônica localizada no abdome					



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE



Página nº 1

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Nome do Paciente: Clemente Pereira de Andrade
Idade: 91 Sexo: M U.P.: 308-3 Matrícula:

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
22/07/2020	13:30	Paciente no leito, em semi-fowler, acompanhado de familiar, calmo, consciente, orientado, verbalizando, apático ao toque, eupríico, em uso de D.P.P. fluído de 100ml. RE Elaine S21109.					
	13:45	Refere cefaleia intensa. Fito transtornado 100mg EV. —					
	15:00	Acuteu lanche. RE Elaine S21109.					
	15:30	indicado CPN. Refere cefaleia Fito propenid EV SOS. —					
	18:00	indicado CPN. Refere melhora da cefaleia. Acuteu 100mg EV. RE Elaine de S21109. —					
	21:00	indicado CPN. Refere melhora da cefaleia. Acuteu 100mg EV. RE Elaine de S21109. —					
	24:00	indicado CPN. Refere melhora da cefaleia. Acuteu 100mg EV. RE Elaine de S21109. —					
23/07/2020	07:30	Paciente calmo, consciente, orientado, verbalizando, apático ao toque, eupríico, em uso de D.P.P. fluído de 100ml. RE Elaine de S21109. —					
	08:00	Tomado 500mg de aspirina + 100mg de omeprazol EV. —					
	09:00	Tomado 500mg de aspirina + 100mg de omeprazol EV. —					
	10:00	Realizado exame físico + administração do medicamento de acordo com prescrição. RE Elaine de S21109. —					

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
	12:00	Admissão no bloco médico cirúrgico do Hospital de São Carlos. Avaliação da enfermagem. T _{ax} 37,3°C.					
	13:00	Recebe no leito, calmo, consciente, orientado, verbaliza de, em c/c de familiares, em uso de DP, segue as cuidados da enfermagem.					
	15:00	Segue aos cuidados da enfermagem.					
	16:00	Recebe quibido de dor, administrado de p/po na SOS.					
	18:00	Administrado medicação de dor.					
	19:00	Administrado medicação de dor.					
	20:00	Administrado medicação de dor.					
	21:00	Administrado medicação de dor.					
	22:00	Administrado medicação de dor.					
	23:00	Administrado medicação de dor.					
	00:00	Administrado medicação de dor.					
	01:00	Administrado medicação de dor.					
	02:00	Administrado medicação de dor.					
	03:00	Administrado medicação de dor.					
	04:00	Administrado medicação de dor.					
	05:00	Administrado medicação de dor.					
	06:00	Administrado medicação de dor.					
	07:00	Administrado medicação de dor.					
	08:00	Administrado medicação de dor.					
	09:00	Administrado medicação de dor.					
	10:00	Administrado medicação de dor.					
	11:00	Administrado medicação de dor.					

Luciana Santos Chagas
COREN - SE - 646467 - AE

Luciana Santos Chagas
COREN - SE - 646467 - AE

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
25/07	12	Administrado medicação de rotina de rotina					
26/07	08:00	Paciente acordou sem queixas clínicas, foi observado medicação de rotina					
26/07	09:00	Siga em observação em função de alteração de comportamento. Glucose A 55 mg/dL					
26/07	10:00	Administrado medicação prescrita					
26/07	11:00	Paciente no leito calmo, consciente, orientado, afável, cooperativo, não mais do, verbalizando, sem queixas de família, AP glândula endócrina, Negue para queixas, peritônio					
26/07	12:00	Administrado medicação de rotina, peritônio					
26/07	13:00	Realizado banho de aspersão eutético em MTE e peritônio					
26/07	14:00	Administrado medicação de rotina, peritônio					
26/07	15:00	Administrado medicação de rotina, peritônio					
26/07	16:00	Paciente no leito calmo e sem queixas, peritônio					
26/07	18:00	Administrado medicação de rotina, peritônio					
26/07	19:00	Paciente no leito calmo e sem queixas de família, Glucose A 55 mg/dL					
26/07	20:00	Realizado observação de função vital, monitor de saturação e frequência cardíaca, medicação conforme prescrição e de parâmetros vitais em unidade					
26/07	21:00	Paciente no leito calmo e sem queixas de família, Glucose A 55 mg/dL					
26/07	22:00	Paciente no leito calmo e sem queixas de família, Glucose A 55 mg/dL					
26/07	23:00	Paciente acordado, calmo, consciente, orientado, afável, eutético, verbalizando					

[illegible]



Fundação
Hospitalar
de Saúde

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE

Nome do Paciente:

Roberto Freitas de Almeida

Idade:

Página

Sexo:

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
07/08	08:00	Paciente no Centro Clínico tranquilo, sem alterações no comportamento, com fome para o almoço. Apresenta com sintomas de desconforto de estômago após o almoço.
09:36	09:36	Paciente no Centro Clínico tranquilo, sem alterações no comportamento, com fome para o almoço. Apresenta com sintomas de desconforto de estômago após o almoço.
11:00	11:00	Paciente no Centro Clínico tranquilo, sem alterações no comportamento, com fome para o almoço. Apresenta com sintomas de desconforto de estômago após o almoço.
13:00	13:00	Paciente no Centro Clínico tranquilo, sem alterações no comportamento, com fome para o almoço. Apresenta com sintomas de desconforto de estômago após o almoço.

Josiane de Oliveira Santos da Luz
COREN-SE 657728-TE

Josiane de Oliveira Santos da Luz
COREN-SE 657728-TE

Josiane de Oliveira Santos da Luz
COREN-SE 657728-TE

Josiane de Oliveira Santos da Luz
COREN-SE 657728-TE

202

[illegible]

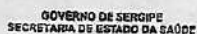
ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Nome do Paciente: Valeranton Freitas de Azevedo

Idade: Sexo: U.P.: Matrícula:

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
	08:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	09:00	Tomada de banho de aspersão + higiene do corpo. Tarde. Pito					
	10:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	11:00	Realização curativo no pé. Tarde. Pito					
	12:00	Paciente segue bem. Sinais vitais dentro da normalidade. Tarde. Pito 37,7/73/1					
29/07	14:00	Paciente segue muito bem, consciente, orientado, hidratado, sem febre. Sinais vitais dentro da normalidade. Tarde. Pito					
	15:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	16:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	17:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	18:00	Paciente segue bem. Sinais vitais dentro da normalidade. Tarde. Pito					
	19:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	20:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	21:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	22:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	23:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	00:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	01:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	02:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	03:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	04:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	05:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	06:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					
	07:00	Administração de medicações do horário Tarde. Pito					

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
30/07/2020	08:00	Paciente no leito, em cis de familiar. A/P + parotomia fluída sem km. Ajudas no ato momento leito hig. higienizado. Sem interesse alimentar. 595024					
	12:00	Falta medicações conforme prescrição. durante período de manhã + tarde. pia. prescritas. paciente segue higienizado. dietas. a ser dada. seguir. sem interesse. res. cuidados da equipe. 595024					
	13:00	Paciente consciente, orientado, eub- nico, aderente a terapia. opiomédica analgésica. Resposta adequada em 4/4 3. Em uso de analgesia por 4u P. em USE. curativo intrapico em USE. Sem queixas de dor e/ou febre. Sól. os cuidados de enfermagem.					
	14:30	Reavaliada dor/apatia conforme protocolo.					
	15:00	Paciente recebe o lanche oferecido por la. nutricionista.					
	18:00	Paciente segue calmo, mantendo quedado estável. Sól. os cuidados de enfermagem.					
	20:00	Paciente mantém o mesmo estado. sem alterações. Sól. os cuidados de enfermagem.					
	22:00	Paciente mantém o mesmo estado. sem alterações. Sól. os cuidados de enfermagem.					
	01:00	Paciente mantém o mesmo estado. sem alterações. Sól. os cuidados de enfermagem.					
	03:00	Paciente mantém o mesmo estado. sem alterações. Sól. os cuidados de enfermagem.					
	05:00	Paciente mantém o mesmo estado. sem alterações. Sól. os cuidados de enfermagem.					
	07:00	Paciente mantém o mesmo estado. sem alterações. Sól. os cuidados de enfermagem.					



Fundação
Hospitalar
de Saúde

PRONTO SOCORRO ADULTO

HUSE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: _____ Idade: _____ Data: _____

Idade:

Data:

[illegible]



EVOLUÇÃO MÉDICA

LEITO:

[illegible]

DANILO MEDEIROS
p. 49 **MÉDICO**
CRM - SP 6104



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

EVOLUÇÃO MÉDICA

[illegible]

JAMERSON CANTARELLI
p. 50 **MÉDICO**
CRM-SE 5508







Nome do Paciente: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
LEITO: 108-3

[illegible]

JAMERSON CANTARELLI

p. 54 **MÉDICO**
CRM 5508



SUELLEN C CARVALHO SANTOS
MÉDICA
p. 58 **CRM 6325**



NEUROCIRURGIA

Data: 26/07/2020

PACIENTE NO LEITO, ORIENTADO, RESPONSIVO A COMANDOS VERBAIS.
SEM NOVAS QUEIXAS
APRESENTOU FEBRE (referido).

AO EXAME NEUROLÓGICO- ECG 15 , PUPILAS 2+/2+
EDEMA PERIORBITAL IMPORTANTE

MANTENHO ATB – CEFTRIAXONA



PRESCRIÇÃO MÉDICA

LEITO:

108-3

NOME CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE

IDADE 26

DIAGNÓSTICOS OTOLIQUEURRIA

#	PRESCRIÇÃO	HORÁRIOS
1	DIETA ORAL BRANDA	SND
2	SF 1500ML IV EM 24H	SND
4	DIPIRONA 01AMP + AD IV 6/6H SOS	SOS
5	PROFENID 100 MG + SF 100ML IV 12/12H	SND
6	TRAMAL 100MG + SF 0.9% EV 06/06H SE	SND
7	MORFINA 10MG/ML + 09ML AD - ADMINISTRAR 03ML DA SOLUÇÃO EV ACM	ACM
8	PLASIL 01AMP + AD IV 8/8H SE NÁUSEAS	SOS
9	CAPTOPRIL 25MG VNSE SE PA ≥ 160x90MMHG	SOS
10	OMEPRAZOL 01 AMP + AD IV AS 06H	SND
11	CLEXANE 40 MG SC 1X/DIA	SND
12	LACTULONA OU OLEO MINERAL 30 ML VO 12/12H	SOS
13	CABECEIRA ELEVADA A 30°	ATENÇÃO
14	MONITORIZAÇÃO + PANI + OXIMETRIA	ATENÇÃO
15	GLICEMIA CAPILAR 6/6H - ANOTAR (ACM/SOS): 1) VALOR: (HORA :); 2) (:); 3) (:); 4) (:)	ACM / SOS
16	INSULINA REGULAR SC, CONFORME GLICEMIA CAPILAR (MG/DL): <180 = 00 UI; 181-200 = 02UI; 201-250 = 04UI; 251-300 = 06UI; 301-350 = 08UI; 351-400 = 10UI; >400 = 12UI	
17	GLICOSE A 50% 04 MP SE GLICEMIA < 70MG/DL; REPETIR HGT APÓS 20 MINUTOS; SE PERSISTIR, COMUNICAR MÉDICO ASSISTENTE	SND
18	FISIOTERAPIA MOTORA E RESPIRATÓRIA 2X/DIA	
19	SSVV+ CCGG + VIGILÂNCIA NEUROLÓGICA 06/06h	
20	CEFTRIAXONA 1G DE 12/12H EV	SND
21		
22		
23		
24		
25		



REDE ESTADUAL
DE SAÚDE

SOLICITAÇÃO DE EXAME DE ALTA COMPLEXIDADE

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (SOLICITANTE)

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE

2 - CNES

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - NOME DO PACIENTE

4 - Nº DO PRONTUÁRIO

5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

6 - DATA DE NASCIMENTO

7 - SEXO

8 - RAÇA/COR

Masculino

Feminino

9 - NOME DA MÃE

DDD

10 - TELEFONE DE CONTATO
Nº DO TELEFONE

11 - NOME DO RESPONSÁVEL

DDD

12 - TELEFONE DE CONTATO
Nº DO TELEFONE

13 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

15 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

16 - UF

17 - CEP

PROCEDIMENTO SOLICITADO

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTDE

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTDE

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTDE

JUSTIFICATIVA DO(S) PROCEDIMENTO(S) SOLICITADO(S)

DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO

CID 10 PRINCIPAL

CID 10 SECUNDÁRIO

CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

RESUMO DA ANAMNESE E EXAME FÍSICO

EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS

JUSTIFICATIVA DO PROCEDIMENTO

SOLICITAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

DATA DA SOLICITAÇÃO

ASSINATURA E CARIMBO

DOCUMENTO

NÚMERO DO DOCUMENTO (CNS/CPF)

() CNS

() CPF

AUTORIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (EXECUTANTE)

NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE

CNES

EVOLUÇÃO MÉDICA NEUROCIRURGIA

HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE SERGIPE - HUSE

NOME: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
REG.: 5614
DATA DE NASCIMENTO: 27/06/1994
DATA: 18/07/2020

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DOS OUVIDOS

TÉCNICA:

- Foram realizados cortes axiais do osso temporal bilateral, cortes finos de 2mm de espessura e com ampliação das imagens e sem a administração venosa de contraste iodado.

Nas imagens disponíveis para laudo, pudemos observar:

DESCRIÇÃO:

Fratura na mastóide esquerda com sangue em seu interior.
Material com densidade de partes moles no conduto auditivo externo esquerdo.
Mastóide direita sem alterações.



Dr. André Fabiano Souza de Carvalho - CRM 3674
Assinado Eletronicamente



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

15/03/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

31/03/2021

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

1. Concedo o benefício da assistência judiciária, a teor do art. 98, do CPC. 2. Cite-se a requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta à presente ação, sob pena de revelia e confissão ficta quanto aos fatos alegados que versarem sobre direitos disponíveis, nos termos do art. 334, do CPC. 3. Havendo apresentação de contestação com a arguição de preliminar(es) e/ou juntada de documento(s), intime-se o demandante para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias; 4. Após, tudo cumprido, voltem-me os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo**

Nº Processo 202181300079 - Número Único: 0000075-30.2021.8.25.0067
Autor: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

1. Concedo o benefício da assistência judiciária, a teor do art. 98, do CPC.
2. Cite-se a requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta à presente ação, sob pena de revelia e confissão ficta quanto aos fatos alegados que versarem sobre direitos disponíveis, nos termos do art. 334, do CPC.
3. Havendo apresentação de contestação com a arguição de preliminar(es) e/ou juntada de documento(s), intime-se o demandante para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias;
4. Após, tudo cumprido, voltem-me os autos conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS GUSTAVO SERRAVALLE ALMEIDA, Juiz(a) de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo**, em 31/03/2021, às 09:13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021000647953-26**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

31/03/2021

MOVIMENTO:

Citação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Cite-se a requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta à presente ação, sob pena de revelia e confissão ficta quanto aos fatos alegados que versarem sobre direitos disponíveis, nos termos do art. 334, do CPC.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

01/04/2021

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 05/04/2021, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 31/03/2021, às 23:09:12.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

11/04/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20210409125902681 às 12:59 em 09/04/2021.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIACHUELO/SE

Processo: 202181300079

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **16/07/2020**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **10/02/2021**.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DAS INTIMAÇÕES

Para fins do expresso no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrita sob o nº 2595/SE, e-mail: kchrystian@hotmail.com, telefone: 79 9 9988 5315, sob pena de nulidade das mesmas.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR

AUSÊNCIA DE TENTATIVA DE SOLUÇÃO EM SEDE ADMINISTRATIVA

Ab initio, cumpre esclarecer que em nenhum momento autor trouxe comprovação de que tentou esclarecer a questão junto à seguradora, intentando imediatamente na via judicante.

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Vejamos o entendimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

“APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. PRELIMINAR REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ACOLHIDA. AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO. INTERESSE DE AGIR. RECURSO PROVIDO.

- A ausência do prévio requerimento administrativo, requerendo a cobertura securitária do DPVAT, configura ausência de interesse de agir, a ausência de prévio requerimento administrativo.

- Extinção do feito sem resolução do mérito, art. 485, IV, do CPC.

- Em razão do reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, cumpre esclarecer que a exigibilidade do montante relativo aos honorários advocatícios fica suspensa (art. 98, § 3º, do CPC/2015).

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

- Recurso de apelação provido.

(Apelação 507283-70007826-52.2012.8.17.0990, Rel. Itabira de Brito Filho, 3ª Câmara Cível, julgado em 19/07/2018, DJE 21/08/2018)”

Resta incontestável a necessidade de buscar a solução na via administrativa, antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça.

Cumpra salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir.

Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida.

Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico se manifesta na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado, pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

DA IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Inicialmente, cumpre ressaltar que o julgamento antecipado da lide trata-se de uma mera faculdade do magistrado e não uma obrigação.

Além disso, o julgamento antecipado da lide pressupõe a existência de questões de direito ou também de mérito quando existirem provas suficientes, pressupostos estes ausentes no caso em tela, em face da produção de prova pericial, imprescindível para o deslinde da presente demanda⁴.

Neste raciocínio, o julgamento antecipado da lide violaria o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, em razão da necessidade de prova pericial a comprovar a invalidez alegada na inicial a ensejar o pagamento da indenização pretendida.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Deste modo, diante do acidente narrado na exordial ocorrido em 16/07/2020, houve pagamento administrativo no valor de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais) de acordo com a lesão apresentada pela vítima.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁵.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁶.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

⁴“COBRANÇA - SEGURO DPVAT - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE SENTENÇA ANULADA - **Tendo em vista o escalonamento dos valores da indenização para a hipótese de invalidez permanente, previsto pelo artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, inafastável afigura-se a necessidade de realização da perícia médica, a fim de ser apurada a extensão dos danos sofridos pelo demandante e, por consequência, possibilitar o arbitramento da indenização devida - Anula-se a r. sentença, de ofício, para prosseguimento do feito.**” (TJ-SP - APL: 00075644620128260281 SP 0007564-46.2012.8.26.0281, Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 30/06/2014, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/06/2014)

⁵APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – INVALIDEZ DE CARÁTER PARCIAL – LESÃO NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO - DEBILIDADE PERMANENTE COMPROVADA EM LAUDO PERICIAL - APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO - FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO DE ACORDO COM O GRAU DA INVALIDEZ -. PROPORCIONALIDADE – INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - UTILIZAÇÃO DA LEI Nº 6.194/74 COMO PARÂMETRO DE FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DE FORMA JUSTA E EQUÂNIME – MATÉRIA DECIDIDA EM ÂMBITO DE RECURSO REPETITIVO – APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO RECURSO. (TJPB - APELAÇÃO CÍVEL N.º 0000346-88.2012.815.0081 - DATA JULGAMENTO 15/04/2015)

⁶**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- **Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**
- **Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Deve-se sopesar, ainda, o fato da parte autora ter administrativamente verba indenizatória DPVAT, cujo processo foi regulado sob nº 3180010787, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 28/09/2017.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de invalidez de **10%**, por Traumatismo crânio encefálico, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexo de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE

ENTRE O SINISTRO NOTICIADO E AS SUPOSTAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS

Imperioso ressaltar, que, restou-se fragilizada comprovação do nexo de causalidade entre as despesas médicas supostamente realizadas e o sinistro noticiado, visto que sequer as respectivas notas fiscais dos gastos com consulta e medicamentos foram acostados, bem como ausente qualquer receituário médico, não havendo como afirmar que os procedimentos supostamente realizados têm indicação médica para o tipo de lesão acometida pela vítima.

Desta forma, não há razoabilidade no pagamento de despesas não comprovadas, assim como os procedimentos. Além de não prescritos ou que ultrapassaram o foi determinado pelo médico, além de compra de medicamentos que excedem o que foi prescrito como adequado ao tratamento pelo profissional⁷.

⁷“ACORDAM os integrantes da Egrégia 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital conhecer do recurso por ser tempestivo e, à unanimidade de votos, dar-lhe provimento, nos termos do fundamentado voto oral da Relatora a seguir transcrito. [...]. **Um tratamento fisioterapêutico, complementar que é, deve ser prescrito, indicado por médico, e não há essa indicação nos autos, especialmente para se ter a certeza que a terapia realmente enfrentou problema decorrente do acidente. Os próprios recibos são extremamente lacônicos porque não dizem nem mesmo a área ou membro tratado, apenas que o serviço foi prestado referente a um acidente automobilístico ocorrido em abril de 2011. Não há certeza sequer quanto à sequela do acidente, pois os documentos que trazem essa informação são todos resultados de declaração do próprio autor. Caso identificada a lesão de extreme de dúvida, ainda restaria saber se realmente foi ela a tratada pelos serviços de fisioterapia pagos pelo autor, pois os recibos não identificam. Apenas dizem que houve pagamento de**

Com efeito, a alínea "b", art. 5º, da lei n.º 6.194/74, nesta parte não alterada pela lei n.º 8.441/92, exige a **prova** das despesas efetuadas para que haja indenização no caso de danos pessoais, conforme a seguir:

"b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais"

Assim, analisando detidamente os documentos carreados aos autos, não se pode afirmar a existência do nexo causal entre o sinistro noticiado e uma suposta despesa efetuada pela vítima, face à ausência de comprovação e qualquer elemento razoável que permita o pagamento da indenização ora pleiteada.

Por inexistir comprovação do nexo de causalidade, requer que os pedidos sejam julgados improcedentes consubstanciados no artigo 487, I do CPC.

DO TETO INDENIZATÓRIO – DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES – DAMS

Cumpra esclarecer que a Lei nº 6.194/74, regulamentadora do seguro obrigatório DPVAT, condiciona o pagamento da indenização securitária a comprovação das despesas médicas suplementares pelas vítimas de acidentes.

Como se observa da citada alínea "c" do art. 3º da Lei n. 6.194/74, a Lei prevê apenas o teto máximo para pagamento da indenização, mas não fixa valores a serem ressarcidos.

Regulamentando a matéria, fora editada a Medida Provisória 340/06 com posterior conversão na Lei 11.482/07, a qual estabeleceu o valor do teto indenizatório para DAMS **até** R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Desta forma, interpretando segundo regra comezinha de hermenêutica onde aduz que *"A lei não contém frase ou palavra inútil, supérflua ou sem efeito"* conclui-se que a expressão "até" delimita o valor da indenização neste teto, não havendo possibilidade de estendê-lo.

DA UTILIZAÇÃO DA TABELA REFERENCIAL

Outro aspecto não menos importante, o artigo 7, § 2º, da referida Lei determina que o CNSP "estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas seguradoras participantes do Consórcio".

Em sentido mais amplo, o artigo 12 da mesma Lei prevê que "o Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei".

Resta clara, portanto, a intenção do legislador em dar competência ao CNSP para regulamentar as formas de pagamentos das indenizações cobertas pelo seguro obrigatório constituído. De outro lado, não há conflito entre a Resolução questionada e a Lei n. 6.194/74, que apenas efetua o tabelamento dos preços dos serviços prestados como referência para as indenizações.

serviço de fisioterapia relativa ao acidente. Nada obsta que o autor se apresente a um profissional, apresente lesão e diga que foi consequência de um acidente, transferindo o respectivo profissional essa informação para o recibo. Por fim, ponto crucial é a falta de comprovação de indicação médica para a submissão do promovente à terapia em questão. Realmente assiste razão ao recorrente, não há nenhuma prova de nexo de causalidade entre a despesa e o acidente informados. Isto posto, voto pelo provimento do RI e reforma da sentença para que o pedido seja julgado improcedente..." (TJPB, 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, Recurso Inominado: 3003837-44.2014.815.2001 – 1º Juizado Especial Cível da Capital – Recorrente: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS)

Assim, a utilização da tabela referencial de procedimentos e custos médico-hospitalares, divulgada pelo Convênio DPVAT, não foi estipulada pelas Seguradoras como um “limite de cobertura” inferior ao estabelecido através de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, conforme comumente é propalado.

A aludida tabela representa tão somente uma parametrização das despesas a que estão sujeitas as vítimas de acidentes, efetuada com vistas à uniformização dos custos médico-hospitalares e ao atendimento dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade que devem nortear a aferição e cálculo do valor da indenização.

Ressalte-se que no âmbito de seguro de saúde privado, a utilização das tabelas de preços para os serviços é comum a averbação de valores que excedam os do mercado, evitando-se o superfaturamento dos serviços.

Seguindo tais lineamentos, não se vislumbra motivação para deixar de observar as normas disciplinadoras expedidas pelo citado Órgão para o pagamento buscado na presente ação de cobrança.

Sendo assim, considerando a ausência de documentos nos autos que justifiquem o pagamento da complementação do reembolso efetuado administrativamente, requer a improcedência do pedido, fundamentado no artigo 487, I do NCPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁸.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁹

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios¹⁰, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

⁸“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁹ art.

1º

(...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

¹⁰“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-
Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas,

exclusivamente, em nome da patrona **Dra. KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrita sob o **nº 2592 - OAB/SE**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIACHUELO, 9 de abril de 2021.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **RIACHUELO**, nos autos do Processo nº 00000753020218250067.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

ENTRE A LÍDE DA SA-FILAS, CHAMANDO A SEDE COM DA OUTRA UN

33.3.0028479-6

Tigres, Northville

Sociedade anônima

Deputy Commissioner

Normal

128 An. Bot. Univ. Iași

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Ultima Argomentazione:

00001131501 - 18/12/2017

DOI: 10.1002/for

SEGURO LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Balance(s): 102595004

Week: ECCC2023-0730-4332-8033-7CC99410A904

Órgão	Calculado	Pago
Juiza	570,00	570,00
DRF	21,00	21,00



REQUERIMIENTO



Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NRE: 133.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003119059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CF0K4956AFAD5E5CF8FFD5CF68740F233K496AFDA8DE1FD8

3 Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 2/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabil de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas

Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: CO-2018/017193-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 0000149055 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4356AFAD58CF8FFD5CF68740F233X496A7DA80K17R6

Para validar o documento acesse <http://www.jucex.ja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Torres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

CR *Luci*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028478-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FDS974386FA48220CFD84856AFAD5ECF8F740F233K496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

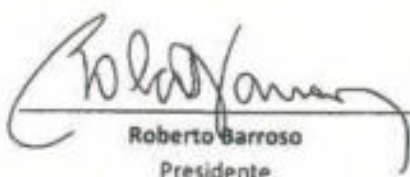
Pag. 4/13

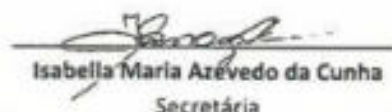
7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD858CF8FFD5CF68740F233E496AFDA80X1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00053149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFEE4836AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149039 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6376386FA8220CFDE4B56AFAD5ECF8FFDDCF88740F233E496AFDA30X1F8S

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/15



³ 1º Estabelecimento de determinação de culpa e responsabilidade (artigo 10º do Código de Processo Civil).

Do artigo 1º do Decreto Estadual nº. 711, de 2 de janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado, de 2 de janeiro de 2018, páginas 185, artigo 1, inciso II, "a", na condição de anexos de administração realizada em 1º de setembro de 2017, "b", "c", na condição geral consolidada realizada em 1º de setembro de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 2º do art. 4º da Lei nº 2.846, de 11 de dezembro de 1973, nos termos da Lei nº 2º do art. 4º da Lei nº 2.935, de 20 de dezembro de 1979, e no inciso V do art. 28 da Constituição Federal de 1988, aprovada pelo Decreto nº 2.175, de 28 de novembro de 1989.

Considerando o Decreto Federal nº 96.040, de 19 de maio de 1988, que aprova o Regulamento para o Trazimento Reduzido de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inscum nº 14, de 14 de janeiro de 2016, que aprova o Regulamento de Atuação do Condiçãoista para Transportes de Carga Rodoviária Operadoras de Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2016, seção 31, página 48;

Considerando que o Instituto de Unidade por ele constituído, conforme o disposto no § 1º do art.º de Regulamento para o Tripartido Rodoviário de Indústrias Perigosas, deve assinar a adequação dos veículos e das equiparções industriais destinadas a este fim;

Considerando a necessidade de substituição do Certificado de Importação e Transporte de Produtos Perigosos (CITPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), o/la/s autor/es a modalidade de concessão de licenças de cargo individualizava:

Considerando a necessidade de ajuste dos Registros de Avaliação de Conformidade aprovados pela Portaria Interam nº 161/2014, com:

A.R. 17 Fines aprovadas as atas dos Registros de solicitação da Conferência para Transportes de Carga Rodoviária destinadas ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Interam 4.410, de 14 de janeiro de 2011, conforme Anexo 1, Anexo 2 e Anexo 3.

disponibile su Amazon dentro l'area, disponibile su una versione
multilingua su un indirizzo unico:
istituto Nazionale di Micrologia, Qualità e Tecnologia

Divisão de Avaliação de Conformidade - Dacof
Rua Santa Apolónia, nº 416 - 1.º andar - Rio de Janeiro

Cap 24.261-212- Rio de Janeiro - RJ
Av. F. Gomes de Oliveira no. 400 - 2.º andar - Botafogo

Av. W. Wilson, 100 - Jd. Santa Helena - 13.038-000 - São Carlos, SP

An. 4º Fugas interditas, em art. 4º da Portaria Interam. n.º 147/2014 de 19 de Maio de 2014.

CIRCULAR Nº 4 DE 11 DE JUNIO DE 1989

O SECRETARIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna pública, conforme a legislação da América, as propostas de meio-fundado do Transatlântico Casares do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Casares com o objetivo de proporcionar ao Departamento de Apropriação Internacional (DIPRI), com o objetivo de colher subsídios para a elaboração de posicionamentos do governo brasileiro no âmbito da competência de Comissões Técnicas (CT) e da Tarifa, Negociação e Classificação de Mercadorias, de interesse (T-1).

1. Interessados devem as propostas deverão ser dirigidas ao SECEX por meio do Procurador-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Capitania dos Minérios, Praça "O" - Torres, CEP - 16043-000, Sorocaba (SP). As correspondências deverão ser entregues ao serviço de entrega dos Correios no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial.

1. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante a apresentação original do manual próprio, disponível na página de sua filialidade no Internet, no endereço <http://www.mg.gov.br/portal/TRANSPARÊNCIA/licitacoes/licitacoes.asp>. O licitante também pode ser notificado pelas artífices (011-3025-3370 e 3025-7228) ou pela rede de comércio eletrônico.

4. Casa haja, periodicamente, ajustes de seus saldos pelas alterações em nomenclatura do CEE, eventual modificação e regime decor. em empenhados e rate Secretaria mediante os procedimentos previstos no

ESPOSIZIONE AGOSTINO DA SILEN

Abstract

SITUAÇÃO ATUAL:		SITUAÇÃO PROPOSTA:	
2017.20.00	Acidentes poliméricos - fissuras, craquelões, rachaduras na superfície, amassados, halos, manchas, deformações e suas derivações	2017.20	Acidentes Poliméricos - fissuras, craquelões ou rachaduras, amassados, halos, manchas, deformações, perdas e seus derivados
		2017.20.1	Sistema de Acidentes Poliméricos - fissuras
		2017.20.10	Criptorresistência de fissuras
		2017.20.20	Outros
			Outros

For more information, please go to <http://www.elsevier.com/locate/jbiotec> and search for the article number.

Documento unificado digitalizado conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui o Sistema Integrado de Gestão de Documentos Eletrônicos - SIGED.

12/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4996507

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.


Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.

Página 1 de 10


Bernardo R. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE8208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

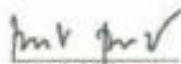
ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11B12475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10

Bernardo A.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

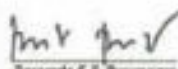


4996511

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo K. L. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF8A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/4

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4996512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC88883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4896513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Burwagter
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

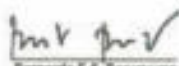
Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10


Benedito F. S. Derwinger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

13/1/17



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

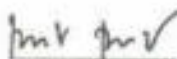
ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183578185 - 27/09/2018
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C696
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016


Fernando F. S. Berwanger
Secretário Geral

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

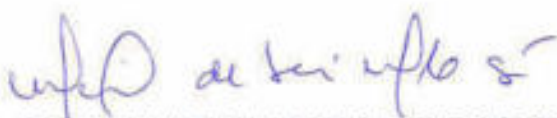
17º  Ofício de Notas DA CAPITAL	Tableteiro: Carlos Alberto Flesco Oliveira Rua do Carmo, 47 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107.9001	ADB28690 088674
Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e		
JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (00000524953)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho _____ da verdade.		
Conf. por: _____		
Serventia: _____		
TÍTULOS: _____		
Total: _____		
CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Paula Cristina A. D. Gaspar 1 3.90 Escrivente 1 12786-48062 série 05077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.986/94		
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut. EOLP: 100-011-56882 GRS p. 100 Consulte em https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRABESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURIO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUMI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato nº 101/2017.

anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132



BANCO DO BRASIL S.A.

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: DOC / TED

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 18/01/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.350,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00561

CONTA: 000000144503-3

Nr. da Autenticação 8F447733DEB8B470

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3180010787 **Cidade:** Santa Rosa de Lima **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE **Data do acidente:** 28/09/2017 **Seguradora:** COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DO COMPLEXO ZIGOMÁTICO E DO ASSOALHO DA ÓRBITA, À DIREITA (FACE).

Descrição do exame médico pericial: A VÍTIMA REFERE DOR E DIMINUIÇÃO DA AUDIÇÃO E DA VISÃO À DIREITA (NÃO APRESENTOU EXAMES). AO EXAME FÍSICO A VÍTIMA APRESENTA FACE ASSIMÉTRICA, COM AUMENTO DO VOLUME DA ÓRBITA INFERIOR E COMPLEXO ZIGOMÁTICO À DIREITA, PEQUENA QUEDA DO GLOBO OCULAR, PARESTESIA NA HEMIFACE E ARCADA DENTÁRIA SUPERIOR À DIREITA, RESTRIÇÃO DA ABERTURA DA BOCA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO COM REDUÇÃO E FIXAÇÃO DA FRATURA, COM MINI PLACA E PARAFUSOS NA FRATURA DE FACE. EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL. FOI ADMITIDO NO HOSPITAL EM 28/09/2017 E RECEBEU ALTA NO DIA 10/10/2017.

Sequelas permanentes: Dano cranio facial

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 12/01/2018

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: Manoel Otacilio Nascimento Junior

CRM do médico: 1827

UF do CRM do médico: SE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100 %	Em grau residual - 10 %	10%	R\$ 1.350,00
		Total	10 %	R\$ 1.350,00

PRESTADOR

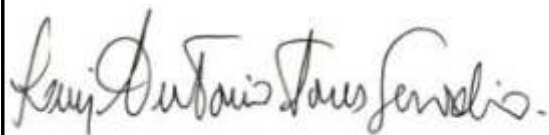
ACE GESTÃO DE SAÚDE LTDA

Médico revisor: LUIZ ANTONIO SERODIO

CRM do médico: 52.16328-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): **CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE** Sinistro: **3180010787** Data: **28/09/2017**

Endereço do(a) Examinado(a): **POVOADO AREIAS, S/N - ÁREA RURAL - Santa Rosa de Lima - SE - CEP 49640-000**

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [**SSP /SE**] **7.017.070-3**

Data local do exame: [**12/01/2018**] **Aracaju** [**SE**]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

FRATURA DO COMPLEXO ZIGOMÁTICO E DO ASSOALHO DA ÓRBITA, À DIREITA (FACE). A VÍTIMA REFERE DOR E DIMINUIÇÃO DA AUDIÇÃO E DA VISÃO À DIREITA (NÃO APRESENTOU EXAMES). AO EXAME FÍSICO A VÍTIMA APRESENTA FACE ASSIMÉTRICA, COM AUMENTO DO VOLUME DA ÓRBITA INFERIOR E COMPLEXO ZIGOMÁTICO À DIREITA, PEQUENA QUEDA DO GLOBO OCULAR, PARESTESIA NA HEMIFACE E ARCADA DENTÁRIA SUPERIOR À DIREITA, RESTRIÇÃO DA ABERTURA DA BOCA.

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(*)), se necessário

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(*))

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.

TRATAMENTO COM REDUÇÃO E FIXAÇÃO DA FRATURA, COM MINI PLACA E PARAFUSOS NA FRATURA DE FACE. EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL. FOI ADMITIDO NO HOSPITAL EM 28/09/2017 E RECEBEU ALTA NO DIA 10/10/2017.

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)? [**X**] Sim [] Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

Dano cranio facial

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"
Esta avaliação médica deve ser repetida em ____ dias

() "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

() "Exame não permite conclusão"
Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):
Estruturas cranio faciais

% do dano: (**X**) 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).

() Total = "100% da IS"

V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.


NOME: Manoel Otacilio Nascimento Junior
CRM: 1827 SERGIPE

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE

Nº Sinistro: 3180010787

Vítima: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE

Data do Acidente: 28/09/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: IRALDI DE SOUZA

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180010787**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12185245



Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 2018

Carta nº: 12284729

A/C: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE

Nº Sinistro: 3180010787
Vitima: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
Data do Acidente: 28/09/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: IRALDI DE SOUZA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE

Valor: R\$ 1.350,00

Banco: 104

Agência: 000000561

Conta: 00000144503-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.350,00

Dano Pessoal: Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital 100%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 100%) 10,00%

Valor a indenizar: 10,00% x 13.500,00 =	R\$	1.350,00
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

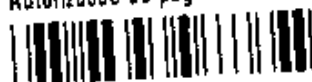
Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Autorização de pagamento



2 21 1977

17 03 1977

LIDER

070.800.375-30 CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE PESSOA FÍSICA - CPF: 14450313

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO

Nome completo: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
 Nome do pai: [illegible]
 Nome da mãe: [illegible]
 Data de nascimento: [illegible]
 Local de nascimento: [illegible]
 Estado de nascimento: [illegible]
 Data de registro: [illegible]
 Local de registro: [illegible]
 Estado de registro: [illegible]

070.800.375-30

Cleverton Freitas de Andrade

DADOS DO RECEBEDOR DE BENEFÍCIO

Cleverton Freitas de Andrade

070.800.375-30

Residência

Povoado Areias

SP

Casa

Área rural

Santa Rosa de Lima

SP

49640-000

Não possui

/9 99985 8036

Assinatura do beneficiário

X

X

X

X

0561

144503 3

Santa Rosa de Lima, SP

21 03 1977



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

Boletim de ocorrência



27 DEZ 2017

27 DEZ 2017



DELEGACIA DE POLÍCIA DE DIVINA PASTORA
RUA G, CONJUNTO MANOEL FRANCELINO CENTRO FONE: (79)3271-1288
RPO - Registro Policial de Ocorrência 2017/06587.0-000116

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTA ROSA DE LIMA
Endereço: RUA BENJAMIN CONSTANT, CENTRO FONE: (79)3273-1400

Del. Dist. Divina Pastora

FATO

Data e Hora do Fato: 28/09/2017 - 14:00 até 28/09/2017 - 14:00

Endereço: POVOADO AREIAS Número: Complemento: CEP: 49640-000

Bairro: POVOADO AREIAS Cidade: SANTA ROSA DE LIMA - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE DIVINA PASTORA

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: NENHUM

ATESTO AFIRMATIVAMENTE
EM 06 DE 14 DE 2017

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE

Nome do pai: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE Nome da mãe: NEILCE DE FREITAS

Pessoa: Física CPF/CGC: D70.800.375-30 RG: 70170703 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: SANTA ROSA DE LIMA Data de nascimento: 27/08/1994 Sexo: Masculino Cor da pele: Parda

Profissão: Trabalhador Rural Estado civil: Convivente Grau de instrução: 2º Grau Completo

Endereço: Povoado Areias Número: s/n Complemento: casa

CEP: 49.640-000 Bairro: Zona Rural Cidade: SANTA ROSA DE LIMA UF: SE

Proximidades: Próximo ao campo de futebol Telefone: (79)99891-8975

HISTÓRICO

Relata o noticiante que no dia de 28/09/2017, por volta das 14 horas, conduzia a motocicleta HONDA/CG150 FAN ESDI 2014, PLACA: OKO6566/SE, ANO/MODELO: 2014, CHASSI: 9C2KC1680FR557050, em nome de CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE, do Povoado Areias, com destino à cidade de Moita Bonita/SE, e, assim chegou nas imediações da ladeira do morcego, ainda no Povoado Areias, foi surpreendido com um animal (jumento) na pista de rolamento, a sua frente. Que tentou realizar uma manobra a fim de desviar-se do animal, mas não conseguiu e veio a colidir com o animal. Que, diante dessa situação, foi imediatamente encaminhado ao Hospital da cidade Regional de Itabaiana, onde foi submetido a tratamento cirúrgico no rosto, sendo liberado, por alta médica, no dia seguinte 29/09/2017. Sem mais, este é o fato.

Data e hora da comunicação: 06/11/2017 às 11:57

Última Alteração: 06/11/2017 às 11:57.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que falar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Cleverton Freitas de Andrade
CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
Responsável pela comunicação

Cleto José do Nascimento da Rocha
Cleto José do Nascimento da Rocha
Responsável pelo preenchimento

BULO

Documentação médica - hospitalar



27 DEZ 2017

27 DEZ 2017

MS/DATASUS

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

No. DO BE: 464550 DATA: 28/09/2017 HORA: 08:58 USUARIO: JPEREIRA
CNS: SETOR: 05-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE 8891-8975 DOC....: 000
IDADE.....: 23 ANOS NASC: 27/06/1994 (CSPAS-MISUM) SEXO...: MASCULINO
ENDERECO.....: POA AREIAS BAIRRO: 2 R NUMERO: 000
COMPLEMENTO....: CASA UF: SE CEP....: 49640-000
MUNICIPIO.....: SANTA ROSA DE LIMA /NEILCE DE FREITAS
NOME PAI/MAE...: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE
RESPONSAVEL....: O PROPRIO TEL....: NAO TEM
PROCEDENCIA....: SANTA ROSA DE LIMA - SE
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: ☒ RAO X ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ TC
☐ LIQUOR ☐ ECG ☐ ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

Antes que eu chegasse a casa, eu estava com dor no braço direito, na região do cotovelo, e não conseguia mexer normalmente. Depois de alguns dias, a dor piorou e comecei a sentir formigamento na mão direita.

DIAGNOSTICO:

Fratura de 3ª costela

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

On Exame

- Salt de 10 cm de altura

*Dr. Paulo Roberto da Silva
C.R.O. 1260*

Dr. Paulo Roberto da Silva

08/10/18

Salt de 10 cm de altura

- Salt de 10 cm

DATA DA SAIDA: / /
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

HORA: 08:58
DATA: 28/09/2017
ASSINATURA DO MEDICO: Dr. Paulo Roberto da Silva
C.R.O. 1260

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

570
Ana Cristina
Téc Radiologia
CRM 150951

27 DEZ 2017

Sistema
Único de
SaúdeMinistério
da SaúdeLAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

2 - CNES

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

7 01810 09810921457316

8 - DATA DE NASCIMENTO

/ /

9 - SEXO

MASC. ☒ 1 FEM. ☒ 3

10 - RAÇA / COR

11 - NOME DA MÃE

Neelce de Freitas

DDD

12 - TELEFONE DE CONTATO

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

Carlos Alberto de Andrade

DDD

14 - TELEFONE DE CONTATO

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº BAIRRO)

Arenas - Santa Rosa de Lima - São

16 - DOC

17 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

18 - COD. IBGE MUNICÍPIO

19 - UF

20 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

21 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

conhecido de par
do a polipom

22 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Tubo clungico

23 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Exame clínicos
histopatológicos

24 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fibrose maligna

25 - CID 10 PRINCIPAL

C50.9

26 - CID 10 SECUNDÁRIO

27 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

28 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Ressecção cirúrgica de fibrose maligna

29 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

019.014.0210.51912

30 - CLÍNICA

31 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

32 - DOCUMENTO

1 - CNS 1 - XICPF

33 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

9999911001111111

34 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE

Dr. Daniel V. F. Almeida

35 - DATA DA SOLICITAÇÃO

09/10/17

36 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL DO CONSELHO

Dr. Daniel V. F. Almeida

Carimbo do Conselho

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

37 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

40 - CNPJ DA SEGURADORA

41 - Nº DO BILHETE

42 - SÉRIE

38 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

43 - CNPJ DA EMPRESA

44 - CNAE DA EMPRESA

45 - CBOE

39 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

46 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

47 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

48 - COD. ÓRGÃO EMISSOR

53 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

49 - DOCUMENTO

1 - CNS 1 - CPF

50 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

281710121165-0

51 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

14/10/17

52 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Carimbo do Conselho

PRM 1377



Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

27 DEZ 2017

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

708009809245726

8 - DATA DE NASCIMENTO

/ /

9 - SEXO

MASC. ☒ FEM. ☐

10 - RAÇA / COR

11 - NOME DA MÃE

Neide de Freitas

DDD

12 - TELEFONE DE CONTATO

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

Carlos Alberto de Andrade

DDD

14 - TELEFONE DE CONTATO

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Av. Brasil - Santa Rosa de Lima - SE

16 - DOC

17 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

18 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

19 - UF

20 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

21 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

resposta de PCR
em 2 exames

22 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

TRT CIRURGICA

23 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Exm clínico
hematológico

24 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fratura m. L. L.

25 - CID 10 PRINCIPAL

S00.5

26 - CID 10 SECUNDÁRIO

27 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

28 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Resposta cirúrgica cirúrgica para PCR

29 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

30 - CLÍNICA

31 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

32 - DOCUMENTO

1 - CNS (X) - CPF

33 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

949912045111

34 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Dr. Dr. V. F. Almeida

35 - DATA DA SOLICITAÇÃO

09/10/17

36 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

37 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

38 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

39 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

40 - CNPJ DA SEGURADORA

41 - Nº DO BILHETE

42 - SÉRIE

43 - CNPJ DA EMPRESA

44 - CNIE DA EMPRESA

45 - CBOR

46 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

47 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

48 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

53 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

49 - DOCUMENTO

1 - CNS () - CPF

50 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

1 - CNS () - CPF

51 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

14/10/17

52 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

281710121165-0

PRONTUÁRIO DE CLÍNICA CIRÚRGICA, MÉDICA E PEDIÁTRICA.

27 DEZ 2017

27 DEZ 2017

Data. Internamento

Data. Saída

Nº. da Internação

03/10/2017

10/10/2017

13629

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME DO PACIENTE: Pleberton Freitas de Andrade

DATA DO NASC. 27/06/1994

SEXO: ☒ Masc. ☐ Fem.

CNS DO PACIENTE: 708009809245726

NOME DA MÃE: Neilce de Freitas de Andrade

NOME DO RESPONSÁVEL: Carlos Alberto de J.

LOG: ☐ RUA(081) ☐ AV.(008) ☐ TVA(100) ☐ PRAÇA(065) ☐ CONJ.(020) ☒ POV.(092) ☐ LOTE(056)

LOGRADOURO: Avenida Santa Rosa de Lima Nº

BAIRRO: CEP: 49640-000 TEL: 938918975

TIPO DOC: 01 - PIS/PASEP ☐ 02 - IDENT. ☐ 03 - REGISTRO ☐ 04 - CPF ☐ 05 - IGNORADO ☐

Nº. DOCUMENTO: 70170703

IDENTIFICAÇÃO DE INTERNAÇÃO

PROCED. SOLIC 0404020542 C/D PRINC. 5024

ESPECIALIDADES: ☐ 01 CIRURGIA ☒ 03 CLÍ. MÉDICA ☐ 07 PEDIATRIA.

CARATER DE INTERNAÇÃO: ☐ 01 ELET. ☐ 02 URG.

MOTIVOS DE SAÍDA: ☐ 01 ÓBITO ☒ 02 ALTA M. ☐ 03 ALTA PEDIDO ☐ 04 EVASÃO ☐ 05

TRANSF. ANEST. Pleberton

PROF. SOLICIT: Dr. Dany

PROCEDIMENTO	QUANT.	PROCED. REALIZADO	CBO	CNES
0301010170		CONS. AVAL. PCTE. INTERN.		2477661
0212010034		EXAME PRÉ TRANSF.		2477661
0306020149		TRANSF. UNID. DE SANGUE	223505	2477661
0802010040		ACOMPANHANTE (IDOSO)		2477661
0202020380		LABORATÓRIO		2477661
0202020229		PLAQUETAS		2477661
0203020030		EXAME PATOLÓGICO		2477661
0802010024		ACOMPANHANTE (CRIANÇA)		2477661

CPK-MB (0202010333)

Densid. Lact.(0202010376)

Creatinina(0202010317)				Fosforo (0202010430)
Cálcio (0202010210)		Coagulação (0202020070)		
Clore (0202010260)		Sangramento(0202020096)		Hemossed. (0202020150)
Potássio (0202010600)		Tromboplast(0202020134)		Sumário (0202050017)
Glicose (0202010473)		Prontobina (0202020142)		Colesterol T.(0202010295)
Sódio (0202010635)		Gama Gt (0202010465)		Anti HIV (0202030200)
Ureia (0202010694)		Magnésio (0202010562)		Pesq. (PCR) (0202030083)
AST (TGO)(0202010643)		Proteínas (0202010627)		Sumário (0202050017)
ALT (TGP)(0202010651)		Bilirrubina (0202010601)		Colesterol T.(0202010295)
CPK (0202010325)		Fosfatase (0202010422)		Anti HCV (0202030679)

27 DEZ 2017

27 DEZ 2017

Nome:

Clayton Freitas de Andrade

DATA

PRESCRIÇÃO MÉDICA E DIETA

Idade: 23

Enfermaria: E

Leito: 06

19 TURNO

20 TURNO

30 TURNO

07:00 AS 13:00

13:00 AS 19:00

19:00 AS 07:00

Ass.

Ass.

Ass.

07/10/17

1. Dieta leve
 2. 3L de soro 1000 ml
 3. 600 ml de soro 1000 ml
 4. 600 ml de soro 1000 ml
 5. 600 ml de soro 1000 ml
 6. 600 ml de soro 1000 ml
 7. 600 ml de soro 1000 ml
 8. 600 ml de soro 1000 ml
 9. 600 ml de soro 1000 ml
 10. 600 ml de soro 1000 ml
 11. 600 ml de soro 1000 ml
 12. 600 ml de soro 1000 ml
 13. 600 ml de soro 1000 ml
 14. 600 ml de soro 1000 ml
 15. 600 ml de soro 1000 ml
 16. 600 ml de soro 1000 ml
 17. 600 ml de soro 1000 ml
 18. 600 ml de soro 1000 ml
 19. 600 ml de soro 1000 ml
 20. 600 ml de soro 1000 ml
 21. 600 ml de soro 1000 ml
 22. 600 ml de soro 1000 ml
 23. 600 ml de soro 1000 ml
 24. 600 ml de soro 1000 ml
 25. 600 ml de soro 1000 ml
 26. 600 ml de soro 1000 ml
 27. 600 ml de soro 1000 ml
 28. 600 ml de soro 1000 ml
 29. 600 ml de soro 1000 ml
 30. 600 ml de soro 1000 ml

Dr. Clayton Freitas de Andrade
 Médico do Hospital
 CRO 32056

habe 2x por dia
 1x por dia 11:00

07/10/17

2007-05-18

HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO



Fundação
Hospitolar
de Saúde

مجلس

Hospital Dr. Pedro Garcia Moreno Filho

SETOR.

LETO

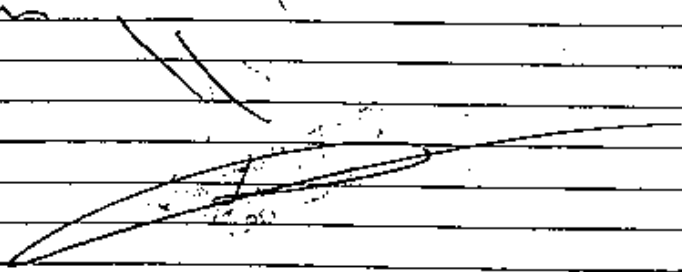

2015

Charbon Knight

TABLE.

§ 87(2)(b)

REC -

DATA	HISTÓRICO
09/12/19	Parab. interm. para redigir do resumo de prática de aula
	Dr. ESTIV. 1918 Univ. de São Paulo PROF. SAUSE
09/14/1	Desdobramento campo de estudos de aula com p. 1000 em intermediária
	
10/01/1	Plano de aula com ALP 10/01/1
	

HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

22 FEB 2017

27 DEC 2017



Fundação
Hospitalar
de Saúde

UNION HOSPITAL

Hospital Dr. Pedro Garcia Moreno Filha

SETOR: *C. Curriculo*

LEITQ

PACIENTE

Clerventon Frictions de pied

10. ADV 23

SEX: 01

REG

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	T	P	R	PA	Glicem
08/10/77	8:15	Paciente admitido neste setor procedente de sua residência. Cheio em companhia de sua esposa. P/ Submiller cirurgião Dr. Dantas. nega alergia medicamentosa. nega hipertensão + diabetes, está em jejum desde 19:00 ontem.					
08/10/77	14:50	Admitido neste setor no centro cirúrgico, próximo da clínica cirúrgica, deambulando em companhia de familiar; consciente, orientado, verbalizante, sem queixa no momento; nega alergia a medicamentos. Realizado RPEM MSE com gelco no 20. Aferido PA: 138x70 mmHg; FC = 68 bpm; SO2 = 99%. E mpsu pi. permitiu-se punção com fixação de frnt. em Mandibular. Dr. Dantas, 16:30 min, etc. Anestésico, realizado - lufuoxa + betis. Tuvo qndotnoquol com conf. anestesista. Intubação, por Dr. Dantas.					
16/10/77	16:40	Admitido, até cirurgia, por eu uso de 90% mpsu + 10% de U.S. de H. fluído S+O, 90% pura + 10% trans.	61			105/55	98
16/10/77	16:50	Início do ato anestésico sem efeito. Operatório procede sem intercorrência.					
17/10/77	17:40	Dado término ao ato cirúrgico.	56			102/48	90
09/10/77	18:45	Paciente encaminhado a clínica cirúrgica.					
	19:50	Paciente admitida neste setor hospitalar, procedente do Centro Cirúrgico.					

EVOLUÇÃO ENFERMAGEM

HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Fundação
Hospitalar
de Saúde

UNIDADE HOSPITALAR

Hospital Dr. Pedro Garcia Moreno Filho

SETOR

C. Cirurgico

LEITO

PACIENTE

Clevertan Freitas de Faria

IDADE

23

SEXO

Masculino

REG

DATA HORA CONTINUAÇÃO EVOLUÇÃO T P R PA Glicemia

09

10

10

Veio em maca, acompanhado por
família + juízes. Calmo, con-
sciente, verbalizando em
uso de AVP. aus. HSS em peritona-
ria onde foi submetido a cirurgia
de Red. com fratura de fratura em um
dígito, ficou os cuidados de me-
dic. Gerais (SA), não é diabético, ne-
nhuma medicação, nega diabetes
hipertensão. Segue aos cuidados da
enfermagem.

04h

Administração de Epilobina e Depo-
na de hormônio conforme prescri-
ção médica.

04h

Adm. medicação de Hormônio pa-
fenda 100mg + 100ml Sfo. 9%. Jv,
conforme prescrição médica.

10

10

17

06:00h administração das medicações de
hormônio Epilobina II + Depo-na
II conforme prescrição.

11b

Paciente do alto hospitalar por lesão
no abdômen do alto do abdômen me-
dica (pux. 132463. - x

Solange Sane
Assistente Social
CRN 156.721

Medicação e Material Médico - Cirúrgico

Nome: Eleuterio Freitas de Andrade

Data: 03.10.17

Leito: E06

Descrição	Und	Qtde
Abalate 10mg (abl)	Caps	
Adrenalina Sol. Molesimal	Amp.	
Adrenoplasma	Amp.	
Agua bidestilada 10ml	Amp.	
Agua Oxigenada	Fr.	
Amicacina 100mg	Amp.	
Amicacina 250mg	Amp.	
Aminofilina	Amp.	
Ampicilina 1gr	Amp.	
Ampicilina 500mg	Amp.	
Ampicilil	Amp.	
Atropina (sulfato) 1ml	Amp.	
Bicarbonado de Sódio 8.4%	Amp.	
Brevidoc	Fr.	
Buscopam 5ml	Amp.	
Carbenicilina 1gr	Amp.	
Cataflan (diclofenaco)	Amp.	
Cedilanide 0.4mg	Amp.	
Claforan 1gr	Amp.	
Claforan 500mg	Amp.	
Clexane 20mg	Amp.	
Clexane 40mg	Amp.	
Clorafenicol 1gr	Amp.	
Cloreto Potássio 19.1%	Amp.	
Cloreto de Sódio 20%	Amp.	
Decadron 4mg	Amp.	
Diazepam (valium) 10mg	Amp.	
Dimorf 1mg	Amp.	
Dimorf 10mg (morfina)	Amp.	
Diprivar	Amp.	
Dolantina	Amp.	
Dormonid 15mg	Amp.	
Dormonid 5mg	Amp.	
Efortil 0.01gr	Amp.	
Enfiurano	Fr.	
Esmerom	Amp.	
Etonidato	Amp.	
Etrane 100ml	Fr.	
Etrane 240ml	Fr.	
Fenergan 50mg	Amp.	
Fentanil 10ml	Amp.	01
Fluothane 100ml	Fr.	
Furacin	Gr	
Garamicina 10mg	Amp.	
Garamicina 20mg	Amp.	
Garamicina 40mg	Amp.	
Garamicina 80mg	Amp.	
Gardenal 200ml	Amp.	
Glicose 25%	Amp.	
Glicose 50%	Amp.	

Assinatura da Enfermagem (por extenso)

CONCEIÇÃO

Descrição	Und	Qtde
Gluconato de Cálcio	Amp.	
Halotano 100ml	Fr.	
Heparina 5000 UI/ml	Amp.	
Hidantal 250mg	Amp.	
Insulina	Amp.	
Kanakion	Amp.	
Keflin	Amp.	
Ketalar 50mg - 10ml	Amp.	01
Lasix 20mg	Amp.	
Marcaína 0.5% c/v - 20ml	Amp.	
Marcaína Pesada 4ml	Amp.	
Megapen 5.000.000 UI	Amp.	
Metronidazol 500mg (flagyl)	Fr.	
Neomicina pomada	Gr	
Nibium	Amp.	01
Nilperidol	Amp.	
Novalgina (dipirona)	Amp.	02
Pancuron	Amp.	
Pavulon	Amp.	
Plasil	Amp.	
Profenid	Amp.	
Propofol	Amp.	01
Prostigmine 0.5mg	Amp.	
Quelicin 100mg	Amp.	
Quelicin 500mg	Amp.	
Revivan	Amp.	
Ringer Lactato 500ml	Fr.	
Rocefin 1mg	Amp.	
Rocefin 500mg	Amp.	
Solu-cortef 500mg	Amp.	
Solu-cortef 100mg	Amp.	
Soro Fisiológico 0.9%	Amp.	
Soro Glicosado 5%	Amp.	
Staficilin N 500mg	Amp.	
Sulfato de Aprotopina	Amp.	
Sulfato de Magnésio 50%	Amp.	
Tagamet 300mg	Amp.	
Thionembural 0.5g - 10ml	Fr.	
Thionembural 1gr - 20ml	Fr.	
Tifatil 20mg	Amp.	
Tracrium 25mg	Amp.	
Tracrium 50mg	Amp.	
Trasamin 0.5ml	Amp.	
Volaren 75%	Amp.	
Xilocaína 1% s/v	Gts	01
Xilocaína 2% c/v	Amp.	
Xilocaína 2% s/v	Amp.	
Xilocaína Geléia	Gr	
Xilocaína Pesada	Amp.	
Xylestesim 2% c/v	Amp.	

naluse aduan 4mg

02

Descrição	Und	Qtde
Aguilha descartável 25x7+30x8+40x9	Und.	02 todo
Alcool 70%	Und.	
Atadura Algodão Ortop.	Und.	
Atadura Crepe 10cm	Und.	
Atadura Crepe 15cm	Und.	
Atadura Crepe 30cm	Und.	
Atadura Gessada 10cm	Und.	
Atadura Gessada 20cm	Und.	
Azul de Metileno	MI	
Bola de Algodão	Und.	01
Careter P/ Oxigenoterapia	Und.	
Catgut Cromado C/Aguilha	Und.	
Catgut Cromado S/Aguilha	Und.	
Catgut Simples C/Aguilha	Und.	
Catgut Simples S/Aguilha	Und.	
Coletor de Urina Simples	Und.	
Coletor de Urina Fechado	Und.	
Compressa Campo Op. Gde.	Und.	05
Compressa Campo Op. Pna.	Und.	
Compressa de Gaze 7,5 x 7,5	Und.	20
Cotonete	Und.	
Cotonete Estéril	Und.	
Dreno de Penrose nº. 01	Und.	
Dreno de Penrose Nº. 02	Und.	
Dreno de Penrose Nº. 03	Und.	
Equipo Macro Gotas	Und.	01
Equipo Micro Gotas	Und.	
Equipo P/Sangue	Und.	
Esparadrapo Antialérgico	Cm.	
Esparadrapo Comum	Cm.	+30
Eter Sulfúrico	MI	
Fio de Algodão	Und.	
Fita Adesiva Hospitalar	Cm.	
Escola C/ Degermação	Und.	02
Formol Líquido	MI	
Formol Pastilha	Env.	
Gaze Algodada	Und.	
Gelco	Und.	01
Glutacid	Litro	
Intracath	Und.	
Lâmina de Bisturi nº 15	Und.	01
Luva Cirúrgica Descartável	Und.	05 pares
Malha Tubular	Und.	
Plavexidina aquosa		+40
Assinatura da Enfermagem (por extenso)		

[Assinatura]
 [Assinatura]
 COELENSE

Descrição	Und	Qtde
Micropora	Cm	
Munonylon Comum	Und.	01
Povidine Degermante	MI	
Povidine Tópico	MI	
Scalp	Und.	
Seringa Descartável 1ml	Und.	
Seringa Descartável 3ml	Und.	
Seringa Descartável 5ml	Und.	01
Seringa Descartável 10ml	Und.	01
Seringa Descartável 20ml	Und.	01
Sonda de aspiração Traqueal	Und.	
Sonda de Foley 2vias	Und.	
Sonda de Foley 3 vias	Und.	
Sonda (tubo) Endot. C/ Balão	Und.	01
Sonda (tubo) Endot. S/ Balão	Und.	
Sonda Nasogástrica	Und.	
Sonda Retal	Und.	
Sonda Uretal de Nelaton	Und.	
Torneirinha 3 vias	Und.	01
Vicri	Und.	
Aguilha Desc. P/Bloqueio	Und.	
Dreno Sistema Fechado	Und.	
Dreno de Tórax	Und.	
Luvas (par) 7,0	Und.	
Luvas (par) 7,5	Und.	
Luvas (par) 8,0	Und.	02
Luvas (par) 8,5	Und.	
Máscaras Descartáveis	Und.	04
Gorro	Und.	02
Pro pé	Par	01
Latex	Und.	02
Elctrodos	Und.	
Ar Comprimido	Hora	
Bisturi Elétrico	Hora	em uso
Monitor Cardíaco (cardioscópio)	Hora	em uso
Oxigênio	Hora	em uso
Oxímetro de Pulso	Hora	em uso
N20 (protóxido de azoto)	Hora	em uso
Sala de Recuperação	Taxa	em uso
Vácuo	Hora	em uso
Furadeira	Hora	em uso
Molde	Hora	em uso

27 DEZ 2017

Fundação
Hospitalar
de Saúde

27 DEZ 2017

Clemente F. Mendes

Phis. Assis

Netuno André (André da Silva)

Dr. Barros

~~Netuno~~

Dr. Barros

G. O. Silva

mesmo

- 1 Ant. superior
- 2 Ant. inferior
- 3 Dentes
- 4 Ant. inferior
- 5 Ant. superior com 1.5
- 6 Ant. superior por plano
- 7 Ant. inferior

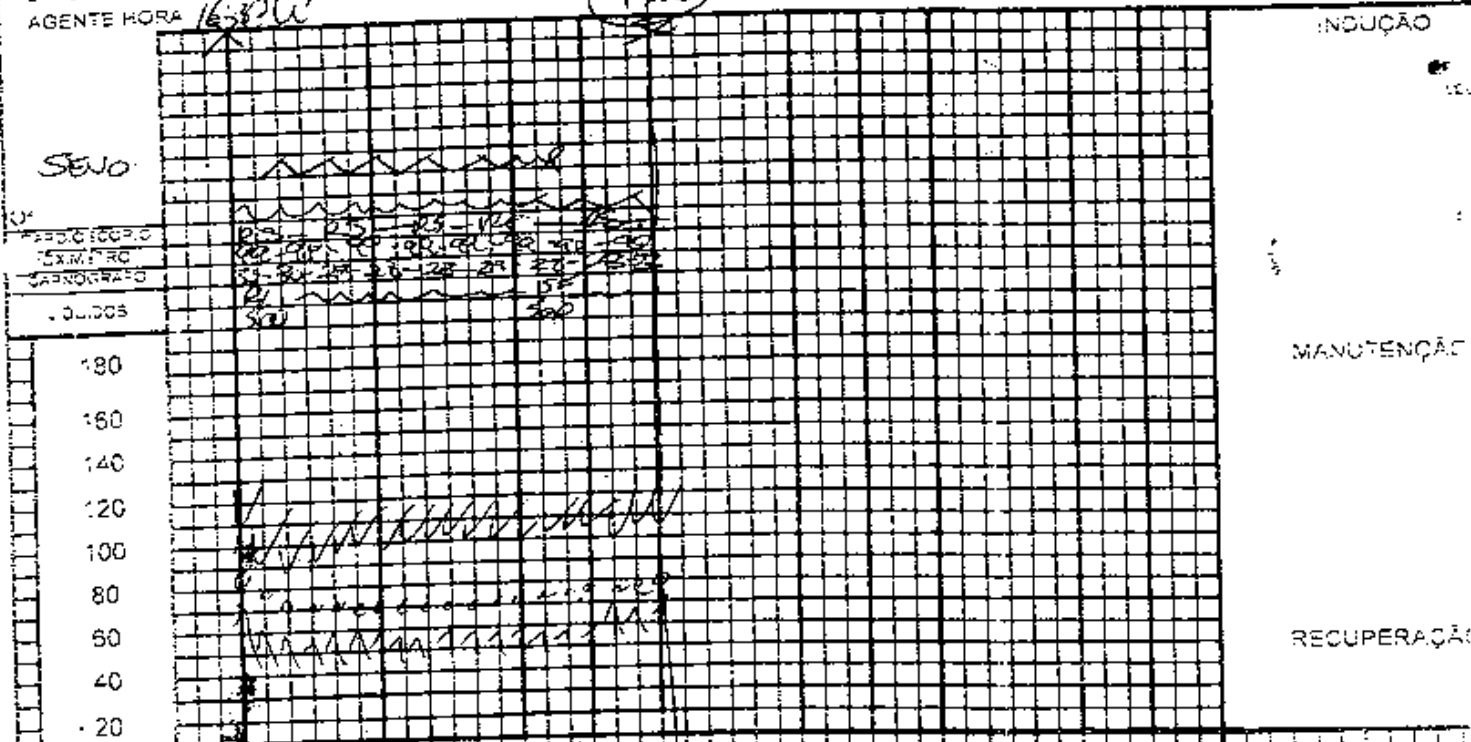
09/10/17

Dr. Davis Viana de Faria Almeida
Grande São Paulo - SP
CRO 32045E

FICHA DE ANESTESIA

27 DEZ 2017

NOME Clayton Feres de Andrade Nº PRONTUÁRIO: _____
 CONVÊNIO: _____ DATA 01/12/17 SEXO _____ COR _____ IDADE 35 PÉSO _____
 NATURAL _____ EST. CIVIL _____ SANGUE _____
 SETOR MEDICO _____ AMBULATÓRIO _____ APTº _____ E. FÍSICO(ASA) 1
 DIAG. PRÉ-OP _____
 CIRURGIA PROPOSTA Redução maxilar e fixação da protese da mandíbula esquerda
 DIAG. POS-OP _____
 CIRURGIA REALIZADA _____ HORA _____ EFEITO _____
 PRÉ-ANESTÉSICO _____
 CIRURGIÃO Dr. Davi 1º AUXILIAR _____
 2º AUXILIAR _____ INSTRUMENTADOR _____
 AGENTE HORA 16:30h



ANOTAÇÕES

1. 01/12/17 16:30h
 2. Anest. G. 1.5% - 20g
 3. Propofol 1.5% - 20g
 4. Fentanyl 0.5% - 10g
 5. Vag. (VCI) + 10g
 6. Prot. max. e
 7. prot. mand.
 8. Instrumentação para
 9. maxilar e pt
 10. artro. sem pontos
 11. 16:30h

DROGAS	MATERIAL	CONC.	QUANT.	ANESTESIA					
Fentanyl	250mcg			Sem-Respiração	Agido	Semi-fechado	Clap	Ve e let	37-40
Propofol	200mg			Respiração	Nesquece - Sonda	Respiração	Essor	Air	Conte
Valium	100mg			Emul	Amoragued	Clusão			Druga
Dexa	100mg			Posição	100g Ponto	Simple	DiCateter		Local
Midazolam	0.2g			Pos. Agido	Pos. Op	Duração da Op			Duração de Anest
Atropina	1.0mg			Pos. Agido	Pos. Op	Duração da Op			Duração de Anest
Adrenalina	1.5mg			Pos. Agido	Pos. Op	Duração da Op			Duração de Anest
Adrenalina	0.10mg			Pos. Agido	Pos. Op	Duração da Op			Duração de Anest

Dr. Clayton Feres de Andrade
 CRM 170.125-76
 Rua de São

CONTROLE DE MATERIAL CONSIGNADO UTILIZADO - N. NÚMERO / ANO			
PACIENTE: <u>Walter de A. Silva</u>		CLÍNICA / HOSPITAL: <u>Pr. H. Santa Helena</u>	
CONVÊNIO: <u>SUS</u>		CRO: <u>010101011</u> UF: <u>GO</u>	
CIRURGIÃO: <u>Dr. Carlos</u>		URGÊNCIA: () NÃO () SIM	
DATA DE USO: <u>09/10/2011</u>		HORA: <u>16:30</u>	
PROCEDIMENTO: <u>Fratura de 2º yd</u>			
INSTRUMENTADOR (A): <u>Dr. Carlos</u>		COREN:	UF:
QTD.	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	LOTE
01	Punção de 08 mm	162	131 67
05	Punção de 08 mm		
01	Punção de 08 mm		
OBSERVAÇÕES:			
ATENDIMENTO: <u>Dr. Carlos</u>			
PRONTUÁRIO: <u>156 163</u>			
<p>Este documento é propriedade exclusiva da ATHENA MEDIC. Cabe ao editor / visualizador autorizado cuidar quanto ao tratamento adequado do seu conteúdo.</p> <p>Sem a devida autorização, a divulgação, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação em desconformidade com as normas internas da ATHENA MEDIC são proibidas e passíveis de sanção disciplinar, civil e penal.</p>			

27 DEZ 2017

27 DEZ 2017

Amex 1.5

27 DEZ 2017

27 DEZ 2017

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

No. Registro.: 17629

Numero do CNS: 160659267530008

Nome.....: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE

Documento....: 70170703 Tipo:

Nascimento....: 27/06/1994

Estado Civil.:

Idade.....: 23 - ANOS Cor:

Sexo.....: MASCULINO

Responsavel..: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE

Nome da Mae..: NEILCE DE FREITAS

Endereco.....: POV AREIAS,00000 CASA CEP: 49640.000

Telefone.....: 079 998918975

Bairro.....: Z RURAL

Município....: 2806503 - SANTA ROSA DE LIMA - SE

Nacionalidade: BRASILEIRO

Naturalidade.: SERGIPE

Cadastramento: 9/10/2017

27 DEZ 2017

27 DEZ 2017
27 DEZ 2017

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO
=====

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

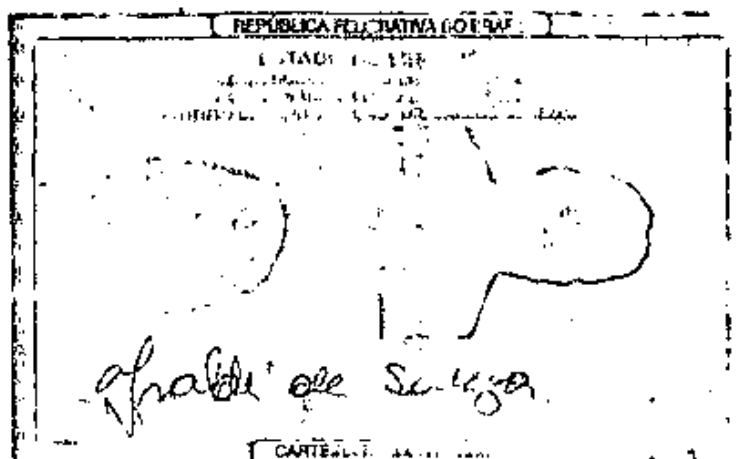
Reg. Definitivo....: 17629
Numero do CNS.....: 160659267530008
Nome.....: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
Documento.....: 70170703 Tipo :
Data de Nascimento: 27/06/1994 Idade: 23 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE
Nome da Mae.....: NEILCE DE FREITAS
Endereco.....: POV AREIAS 00000 CASA
Bairro.....: Z RURAL Cep.: 49640-000
Telefone.....: 079 998918975
Município.....: 2806503 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
 turalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 467813
Clínica.....: 100 - ENF "A" ADULTO - CIRURG
Leito.....: 999.0392
Data da Internacao: 09/10/2017
Hora da Internacao: 07:07
Medico Solicitante: 949.918.045-15 - DAVIS VIEIRA DE FARIA ALMEIDA
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: RAJESUS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
 D Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:



27 DEZ 2017

27 DEZ 2017

Documentos de Identificación



REGISTRO GERAL	675.714	Z.V.H.	16/03/2016
NOME	IRALDI DE SOUZA		
DATA DE NASCIMENTO	16/01/1963		
LOCAL DE NASCIMENTO	Cidade de São Paulo		
CPF	266.552.095-87		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
266.552.095-87

Nome
IRALDI DE SOUZA

Nascimento
20/01/1963

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



(1)

27 DEZ 2017

Outros



27 DEZ 2017

Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPRESSATRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT / Pague Seguro

Consulta a Pagamentos Efetuados

Sua busca por placa: QKQ6566 UF: SE CATEGORIA: 09*

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
2017	R\$185,50	Quitado	13

Data Pagamento	Valor Pago
26/06/2017	R\$185,50

(*) Motocicleta

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)
 Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)
 Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)
 Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)
 Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
 Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3180010787 **Cidade:** Santa Rosa de Lima **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE **Data do acidente:** 28/09/2017 **Seguradora:** COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 10/01/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: Fratura de mandíbula

Resultados terapêuticos: Não há como definir ou prever a existência de limitação funcional permanente e insusceptível a terapêutica, a partir da documentação fornecida.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: Encaminhado para Perícia Médica para melhor esclarecimento das sequelas definitivas que tenham persistido após o término do tratamento

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

IBMES INST.BRAS DE MEDICINA ESPEC.EM SEGUROS LTDA

Nome do médico: CARLOS MIRANDA CHAGAS

CRM do médico: 52.34765-8

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:





**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

11/04/2021

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intime-se o demandante para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

23/04/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Réplica à Contestação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ELTON SOARES DIAS - 10289}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA VARA CÍVEL SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE
RIACHUELO/SE.

Processo nº 202181300079

CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE, devidamente qualificado nos autos identificada em epígrafe, que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, também já qualificada, vem, por conduto de sua advogada subscritora, ante a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 350 e 351 do Código de Processo Civil, apresentar sua manifestação à contestação.

01. A Requerida pede que a demanda seja julgada sem resolução de mérito, sob o argumento de que a Requerente deveria ter primeiramente formulado o pedido na esfera administrativa, este posicionamento estava sendo utilizado em analogia a uma decisão que falava sobre a necessidade de requerimento administrativo junto ao INSS, ocorre que esse entendimento mudou, inclusive os nossos tribunais vem entendendo ser desnecessário o pedido primeiramente na esfera administrativa, como vemos julgados abaixo.

“APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - DESNECESSIDADE - SENTENÇA REFORMADA. I - Para o ajuizamento da ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) não é necessário o prévio esgotamento da via administrativa, pois não é possível cercear o direito da autora de se utilizar da via judiciária para obtenção da sua pretensão. Afastado o fundamento da ausência de interesse de agir; II - Não estando madura a causa para julgamento, ante a necessidade de constatação do grau de invalidez e citação da parte contrária, devem retornar os autos ao Juízo de Origem; III - Recurso conhecido e provido. Decisão unânime. (Apelação Cível nº 201900800282 nº único0027877-12.2018.8.25.0001 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Ricardo Múcio Santana de A. Lima - Julgado em 19/02/2019)”

“APELAÇÕES CÍVEIS - ACÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - PRELIMINARES - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISPENSÁVEL - PRELIMINAR AFASTADA - MÉRITO - AUSÊNCIA DE COBERTURA POR MEIO DE TRANSPORTE NÃO LICENCIADO - CAUSALIDADE CONFIGURADA - INDENIZAÇÃO DEVIDA - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DESTA CORTE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - INSURGÊNCIA DE AMBAS AS PARTES - PLEITO DE LIMITAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR SER A PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. REJEITADO - MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO - APRECIÇÃO EQUITATIVA DO MAGISTRADO - INTELIGÊNCIA DO ART. 85, §8º DO NCPC - VERBA HONORÁRIA MAJORADA, EM CONSONÂNCIA COM OS PARÂMETROS DESTA CÂMARA - SENTENÇA REFORMADA - DECISÃO UNÂNIME. I - Diante do valor arbitrado pelo juiz de piso, entendo que merece acolhida a tese recursal da Autora de majoração de aludidos honorários arbitrados em 20% sobre o valor da condenação para o montante de R\$ 1.000,00 (mil reais) por entender ser mais apropriado a remunerar adequadamente o trabalho profissional, sem aviltar, com isso, a profissão; II - Recursos conhecidos e improvido o da seguradora e provido o da Autora. (Apelação Cível nº 201800825438 nº único0044308-92.2016.8.25.0001 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Luiz Antônio Araújo Mendonça - Julgado em 20/11/2018)”

“APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM NOVEMBRO DE 2014, CULMINANDO NA MORTE DO GENITOR DAS APELANTES - PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR ACOLHIDA PELO JUÍZO A QUO - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - PRELIMINAR AFASTADA - INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - DESNECESSIDADE - ANÁLISE DO MÉRITO - CAUSA MADURA - ARTIGO 1013 DO CPC - SENTENÇA REFORMADA - JULGAMENTO PROCEDENTE DO PEDIDO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO - À UNANIMIDADE. (Apelação Cível nº 201800721329 nº único0000959-64.2016.8.25.0025 - 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Roberto Eugenio da Fonseca Porto - Julgado em 03/09/2018)”

“APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - DESNECESSIDADE - ANÁLISE DO ARTIGO 5º, XXXV, CF - SENTENÇA ANULADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO - À UNANIMIDADE. (Apelação Cível nº 201800715889 nº único0012474-03.2018.8.25.0001 - 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Roberto Eugenio da Fonseca Porto - Julgado em 27/08/2018)”

Grifos nossos

02. Com relação ao argumento da falta do laudo do IML arguida pela Requerida, vemos que a Ré deseja a juntada de documento que a lei não estabelece sua obrigatoriedade, já que o artigo 5º da Lei 6.194/74 é bem claro quando diz que, o pagamento da indenização será feito, por simples prova do acidente e dos danos decorrentes, vê-se assim que o Autor cumpriu todas as determinações legais, inclusive, o Requerente juntou laudo médico, emitido por profissional de saúde gabaritado e credenciado para isso, que atestou que os problemas de saúde do mesmo, conclui-se assim que as provas trazidas aos autos são suficientes para comprovar o acidente e as sequelas deixadas por ele.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Grifamos

03. O laudo médico anexado aos autos pelo Requerente, comprova que o acidente de trânsito sofrido pelo Autor deixou **sequelas como dores de cabeça, perda do equilíbrio, perda de audição e sequelas com perda da visão do olho esquerdo**, e que essas lesões foram causadas pelo acidente de trânsito sofrido, é importante frisar que, o laudo anexado aos autos foi emitido por profissional gabaritado e especialista na área, assim, sua opinião pode e deve ser lavada em consideração, assim, entendemos que o laudo anexado a Exordial é fidedigno e não há nada que prejudique seu uso para resolver a lide, ainda assim, caso a Requerida entenda que há necessidade de nova prova pericial, que arque com esse ônus com determina o artigo 95 do CPC.

04. Em outro ponto a parte Ré faz alusão a Súmula 474 do STJ, no qual aduz que a indenização do seguro DPVAT deve ser paga de maneira proporcional ao grau de invalidez, nesse sentido, podemos ver na Inicial, que o Requerente também pediu que fosse observado os valores determinados na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que inclusive também aborda sobre os valores a serem pagos quando de sequelas parciais.

05. No que diz respeito a uma suposta lesão pré-existente, não é verdadeira a alegação da Requerida, uma vez que no sinistro anterior, a Requerida pagou pela lesão na sua face, as sequelas deixadas por esse novo acidente estão ligadas a problemas cognitivos e neurológicos, deixando autor com limitações na utilização de alguns órgãos de sentido como visão e audição, assim, não existe relação nenhuma entre os problemas de agora e aquele já indenização anteriormente.

06. No tocante a inversão do ônus da prova, diferente do alegado pela Requerida, a presente situação trata-se de uma relação de consumo, no qual possibilita a inversão do ônus probatório conforme art. 6, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

07. Quanto à aplicação do CDC nas ações que envolvem o seguro DPVAT, os tribunais pátrios, vêm decidindo por sua aplicação, conforme vemos nas ementas abaixo:

“PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. PERÍCIA. PAGAMENTO DOS ÔNUS PERICIAIS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 33 DO CPC. 1. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às relações que tratam do seguro obrigatório DPVAT, nos termos do artigo 3º, § 2º do CDC. 2. O deferimento da inversão do ônus probatório não acarreta para a parte adversa a obrigatoriedade do pagamento de despesas de custeio da perícia requerida. Precedentes do STJ. 3. Na eventual ausência de prova que se determina produzir com inversão do ônus, caberá ao sentenciante decidir com apoio nos demais elementos de cognição ou contexto processual, inclusive valendo-se da técnica das presunções para colmatar as lacunas, se a tanto for necessário. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

(TJ-DF - AGI: 20150020172997, Relator: CARLOS RODRIGUES, Data de Julgamento: 11/11/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 07/12/2015 . Pág.: 304)”

Grifamos

“COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - REQUISITOS - PERÍCIA - HONORÁRIOS - ÔNUS. 1. A relação jurídica decorrente do contrato de seguro DPVAT é regida pelas normas de direito do consumidor. 2. Presentes os requisitos de verossimilhança da alegação e de hipossuficiência do consumidor, é cabível a inversão do ônus da prova. 3. A inversão do ônus da prova é de natureza processual, não financeira. 4. Até que sejam definidos, na sentença, os ônus da sucumbência, quem deve arcar com o adiantamento dos honorários do perito é o autor, quando a prova pericial tiver sido requerida por ambas as partes ou determinada de ofício pelo juiz.”

(TJ-MG - AI: 10702120887832001 MG, Relator: Guilherme Luciano Baeta Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2013, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/07/2013)

Grifamos

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DA SEGURADORA DE ANTECIPAR OS HONORÁRIOS DO PERITO - HONORÁRIOS PERICIAIS FIXADOS EM VALOR EXCESSIVO - REDUÇÃO PARA QUANTIA RAZOÁVEL - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. I - Na relação entre beneficiário e seguradora conveniada ao DPVAT incide o Código de Defesa do Consumidor, sendo possível a inversão do ônus da prova nas ações de cobrança de seguro obrigatório. II - Mostrando-se adequado ao caso concreto, determina-se a inversão do ônus da prova, recaindo sobre a parte contrária os

deveres inerentes, inclusive os que se referem à antecipação com despesas de perícia. III - O arbitramento dos honorários periciais, em causas de complementação do pagamento da indenização do seguro DPVAT, deve pautar-se pelos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e modicidade, sob pena de onerar em demasia o processo que possui um valor econômico ineludivelmente baixo. Honorários periciais reduzidos de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para R\$ 900,00 (novecentos reais).

(TJ-MS - AI: 14082414620158120000 MS 1408241-46.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marco André Nogueira Hanson, Data de Julgamento: 24/11/2015, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 30/11/2015)"

Grifamos

08. Requer ainda, em virtude do princípio da celeridade e da economia processual, que a presente demanda seja julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil, uma vez que foram juntadas aos autos várias comprovando as sequelas deixadas pelo acidente de trânsito sofrido pela Requerente.

Dos Requerimentos

Diante do exposto, requer mais uma vez, pela procedência dos pedidos formulados na peça de início, por ser de inteira justiça.

J, aos autos

NESTES TERMOS,

PEDE DEFERIMENTO

Aracaju, 23 de abril de 2021.

**ELTON SOARES DIAS
OAB/SE 10.289**



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

26/04/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

11/05/2021

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Tecidas essas considerações, REJEITO a preliminar de carência de ação por falta de interesse de agir. Dou o feito por saneado. Resta ainda necessária a produção de prova pericial para averiguar o grau da alegada invalidez, devendo ser posteriormente analisado o mérito da questão de acordo com a prova produzida. Assim sendo, para a prova do ponto controvertido, objetivando averiguar o grau de invalidez do requerente em decorrência do acidente de trânsito, admito a produção de prova pericial, de modo que entendo ser determino à Secretaria que proceda à marcação da perícia com neurologista, junto ao SCPV. Fixo os honorários periciais em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a ser pago pelo requerido em 15 (quinze) dias, após a realização da perícia, tudo nos termos do Convênio 14/2018 firmando entre o TJSE e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A. Intimem-se as partes acerca da data da perícia, bem como para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos, nos termos do art. 465, §1º do CPC. Outrossim, desde já, apresento os seguintes quesitos: 1 - O acidente automobilístico sofrido pelo autor ocasionou invalidez permanente? 2 - As lesões diretamente decorrentes do acidente são suscetíveis de amenização por alguma medida terapêutica? 3 - Em caso de resposta positiva ao primeiro quesito, a invalidez permanente foi total ou parcial? 4 - Se parcial, a invalidez foi completa ou incompleta? 5 - Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e completa, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74? 6 - Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e incompleta, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74? E as perdas podem ser consideradas de repercussão intensa, média, leve ou é o caso de ocorrência de sequelas residuais? Juntado o laudo pericial no prazo de 30 (trinta) dias, cientifiquem-se as partes, podendo os assistentes técnicos oferecerem seus pareceres no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art. 477, § 1º do CPC. Após, tudo cumprido e certificado, voltem conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo

Nº Processo 202181300079 - Número Único: 0000075-30.2021.8.25.0067
Autor: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE DANO MORAL proposta por CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, todos qualificados nos autos.

Em sua peça de defesa, a requerida sustenta, preliminarmente, a inépcia da inicial por ausência de interesse de agir, sob o fundamento de que não houve prévio requerimento administrativo para eventual recebimento de valores provenientes do seguro.

Pois bem, sem mais delongas, é necessário consignar que, de acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, mesmo inexistindo requerimento administrativo, fica caracterizando o interesse de agir quando a seguradora contesta o mérito do pedido, como nos presentes autos, ou seja, a seguradora não se ateve apenas à alegação de ausência de interesse de agir, como também demonstrou resistência ao suposto direito da requerente, visto que refutou os pleitos contidos na exordial.

Sobre o tema, vejamos os seguintes julgados do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO NÃO É IMPRESCINDÍVEL PARA O AJUIZAMENTO DA DEMANDA. INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA. ALEGAÇÃO DE QUE O PAI DO FALECIDO, ÚNICO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT, NÃO INTEGRA A LIDE. NÃO ACOLHIMENTO. AÇÃO INICIALMENTE PROPOSTA PELA IRMÃ DO FALECIDO. POSTERIOR INCLUSÃO DO GENITOR DA VÍTIMA NA LIDE. IRREGULARIDADE SANADA. APELO DA SEGURADORA CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. I – Para o ajuizamento da ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) não é necessário o prévio esgotamento da via administrativa, devendo ser afastada, portanto, a preliminar de ausência de interesse de agir; II - Não há qualquer irregularidade no polo ativo da demanda, uma vez que o único beneficiário do falecido, o Sr. José Espírito Santo, foi devidamente incluído na lide, conforme decisão datada de 01/08/2019. (Apelação Cível nº 202000824609 nº único0000411-81.2018.8.25.0053 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Alberto Romeu Gouveia Leite - Julgado em 17/10/2020)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE CURATELA – DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO – INEXISTENTE – DEMONSTRAÇÃO DA CURATELA E

INDICAÇÃO DE PROCESSO DE INTERDIÇÃO APTO A COMPROVAR A CURATELA - FALTA DE INTERESSE DE AGIR POR AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - INEXIGIBILIDADE - GARANTIA DO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO - PRELIMINARES REJEITADAS - MÉRITO - PERÍCIA JUDICIAL ATESTANDO INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA - VALOR QUE DEVE SER CORRIGIDO - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL A PARTIR DO EVENTO DANOSO - JUROS DE MORA DE 1% A PARTIR DA CITAÇÃO. Comprovados nos autos o acidente sofrido, e os danos dele decorrentes há o direito ao pagamento a ser efetuado pela seguradora, que em caso de invalidez parcial, os valores devem ser proporcionais ao grau de repercussão da perda anatômica ou funcional do membro, nos moldes da legislação atinente à matéria, sendo ente entendimento inclusive disposto na Súmula 474 do STJ: 'A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez', pois não se mostra justo indenizar no mesmo patamar, indivíduos com graus de invalidez diferenciados. Correção monetária, que nos casos de ação de cobrança de seguro obrigatório, tem incidência a partir da data do evento danoso, e juros moratórios no percentual de 1% ao mês, desde a citação do feito. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível nº 202000806348 nº único0000350-28.2016.8.25.0075 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): José dos Anjos - Julgado em 17/07/2020)

Tecidas essas considerações, REJEITO a preliminar de carência de ação por falta de interesse de agir.

Dou o feito por saneado.

Resta ainda necessária a produção de prova pericial para averiguar o grau da alegada invalidez, devendo ser posteriormente analisado o mérito da questão de acordo com a prova produzida.

Assim sendo, para a prova do ponto controvertido, objetivando averiguar o grau de invalidez do requerente em decorrência do acidente de trânsito, admito a produção de prova pericial, de modo que entendo ser determino à Secretaria que proceda à marcação da perícia com neurologista, junto ao SCPV.

Fixo os honorários periciais em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a ser pago pelo requerido em 15 (quinze) dias, após a realização da perícia, tudo nos termos do Convênio 14/2018 firmando entre o TJSE e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A.

Intimem-se as partes acerca da data da perícia, bem como para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos, nos termos do art. 465, §1º do CPC.

Outrossim, desde já, apresento os seguintes quesitos:

- 1 - O acidente automobilístico sofrido pelo autor ocasionou invalidez permanente?
- 2 - As lesões diretamente decorrentes do acidente são suscetíveis de amenização por alguma medida terapêutica?
- 3 - Em caso de resposta positiva ao primeiro quesito, a invalidez permanente foi total ou parcial?
- 4 - Se parcial, a invalidez foi completa ou incompleta?

5 - Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e completa, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74?

6 - Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e incompleta, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74? E as perdas podem ser consideradas de repercussão intensa, média, leve ou é o caso de ocorrência de sequelas residuais?

Juntado o laudo pericial no prazo de 30 (trinta) dias, cientifiquem-se as partes, podendo os assistentes técnicos oferecerem seus pareceres no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art. 477, § 1º do CPC.

Após, tudo cumprido e certificado, voltem conclusos.

G



Documento assinado eletronicamente por **LUIS GUSTAVO SERRAVALLE ALMEIDA, Juiz(a) de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo**, em 11/05/2021, às 18:17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021000954018-19**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

14/05/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que deixei de proceder o agendamento da perícia nesta data, pois no sistema não havia datas disponíveis.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

20/05/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Indicação de Quesitos realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIACHUELO/SE

Processo: 202181300079

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIACHUELO, 18 de maio de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

24/05/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Indicação de Quesitos realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ELTON SOARES DIAS - 10289}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
VARA CÍVEL SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO/SE.**

Processo nº 202181300079

CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE, devidamente qualificado nos autos identificada em epígrafe, que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** também já qualificada, vem, por conduto de seu advogado subscritor, ante a presença de Vossa Excelência, apresentar os quesitos para serem respondidos pelo perito.

1) As seqüelas deixadas pelo acidente de trânsito sofrido pelo Requerente, lhe trouxeram alguma limitação?

2) As sequelas deixadas pelo acidente de trânsito sofrido pelo Requerente, lhe trouxeram algum distúrbio cognitivo?

3) As sequelas deixadas pelo acidente de trânsito sofrido pelo Requerente, está restrita há órgão/sistema/sentidos do corpo humano ou repercute em outras partes do corpo? Se a resposta for positiva, em quais?

4) Os órgãos/sistemas/sentidos do Requente foram comprometido em virtude do acidente de trânsito?

5) A sequelas deixadas pelo acidente de trânsito podem ser classificadas como sendo danos estruturais?

6) Caso as sequelas deixadas pelo acidente de trânsito sofrido pela Requerente repercutam em outros locais do corpo, quais os graus de limitações?

7) As seqüelas deixadas pelo acidente de trânsito sofrido pela Requerente, são permanentes ou transitórias?

8) As seqüelas deixadas pelo acidente de trânsito sofrido pela Requerente, estão entre os danos indenizáveis estabelecido pela Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974?



ELTON SOARES DIAS
ADVOGADO

J. aos autos.

Nestes Termos

PEDE DEFERIMENTO

Aracaju/SE, 24 de maio de 2020.

ELTON SOARES DIAS
OAB/SE nº 10.289



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

02/06/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que deixei de proceder o agendamento da perícia nesta data, pois no sistema não havia datas disponíveis.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

02/07/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que deixei de proceder o agendamento da perícia nesta data, pois no sistema não havia datas disponíveis para especialidade Neurologia(somente DPVAT).

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

05/07/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

16/07/2021

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Analisando os presentes autos, verifica-se que foi determinada a realização de perícia neurológica. As certidões de pp. 149 e 150 atestam que foram realizadas tentativas de agendamento da referida perícia, as quais restaram frustradas por não haver datas disponíveis para a referida especialidade. Sendo assim, oficie-se ao Setor de Perícias do TJSE a fim de que informe a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, a melhor solução e providências cabíveis para o efetivo agendamento e realização da mencionada perícia. Cumpra-se com as cautelas de praxe.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo**

Nº Processo 202181300079 - Número Único: 0000075-30.2021.8.25.0067
Autor: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Analizando os presentes autos, verifica-se que foi determinada a realização de perícia neurológica.

As certidões de pp. 149 e 150 atestam que foram realizadas tentativas de agendamento da referida perícia, as quais restaram frustradas por não haver datas disponíveis para a referida especialidade.

Sendo assim, oficie-se ao Setor de Perícias do TJSE a fim de que informe a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, a melhor solução e providências cabíveis para o efetivo agendamento e realização da mencionada perícia.

Cumpra-se com as cautelas de praxe.

G



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO FLAVIO CONRADO DE ALMEIDA, Juiz(a)** de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo, em 16/07/2021, às 22:51:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021001416897-65**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

20/07/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que cumprindo o despacho retro, expedi Ofício de n. 202181301020 via Malote Digital.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

21/07/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202181301020 do tipo OFÍCIO DE (assinante escrivão) [TM3000,MD2026]

{Destinatário(a): Gerência de Perícia}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo
Rua Santa Maria, S/N
Bairro - Centro Cidade - Riachuelo
Cep - 49130000 Telefone - (79)3269-1323

Normal



202181301020

PROCESSO: 202181300079 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000075-30.2021.8.25.0067
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, () DETERMINO ou () SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

Finalidade: Venho por meio deste, de ordem da Juiz de Direito da Comarca de Riachuelo, Roberto Flávio Conrado de Almeida, solicitar a este setor, para que informe a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, a melhor solução e providências cabíveis para o efetivo agendamento no sistema da perícia na especialidade Neurologia de DPVAT, tendo em vista que não há datas disponíveis.

Na resposta ao presente, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente,

D e s t i n a t á r i o

Nome: Gerência de Perícia
Endereço: Av. Pres. Tancredo Neves, S/N
Bairro: Capucho
Cidade: Aracaju - SE
CEP: 49081901

[TM3000, MD2026]



Documento assinado eletronicamente por **JAMILE FALCAO JASMIM MAIA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo**, em 21/07/2021, às 10:11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021001444826-06**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

06/08/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

perícia
 Juntada de Ofício

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 82620211643701

Nome original: OFICIO PROCESSO 202181300079 NEUROLOGIA DPVAT Assinado.pdf

Data: 03/08/2021 10:17:35

Remetente:

EDVÂNIA SILVA TRAVASSOS

Coordenadoria de Perícias Judiciais

TJSE

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto:



Estado de Sergipe
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Perícias

Ofício n.º 298/2021

Aracaju, 02 de agosto de 2021

Ilustríssima Senhora

Jamile Falcão Jasmim Maia

Escrivã do Cartório de Santa Rosa de Lima/SE

Em atenção ao ofício 202181301020, acerca do quanto demandando no processo 202181300079, informamos que, atualmente, não dispomos de perito em Neurologia DPVAT, só na especialidade Ortopedia DPVAT.

Sugerimos consulta ao Conselho Regional de Medicina acerca de profissional apto (a) a resolução do múnus.

Neste último ponto, observamos que em conformidade com as normativas legais vigentes, faz-se imperioso que:

1 – Nos casos de nomeação de perito(a), fora do rol cadastral desta Coordenadoria de Perícias Judiciais, anteriormente a realização do procedimento, deverá ser intimado(a) a comparecer a esta Coordenadoria de Perícias, munido(a) da documentação necessária ao credenciamento de perito(a) judicial, conforme consta no [Tribunal de Justiça de Sergipe - Credenciamento de Peritos Externos \(tjse.jus.br\)](http://tribunal.de.justica.de.sergipe.com.br);

2 – Uma vez apresentada a documentação será solicitado Empenho Prévio para pagamento da Prestação dos Serviços, estando, atualmente, limitado ao importe máximo de R\$ 626,49 (seiscentos e vinte e seis reais, quarenta e

nove centavos);

3 – Somente após cumpridas as duas etapas acima informada, será possível, dentro dos ditames legais vigentes, produção da prova pericial.

4 – Ressaltamos que esta Coordenadoria de Perícias Judiciais atende, exclusivamente, os casos em que a prova pericial foi solicitada pela parte agraciada pela gratuidade judiciária. Devendo está tudo em conformidade com a Resolução 35/2006, honorários periciais atualizados pela Portaria 44/2018, ambas as normas deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Atenciosamente,



Thiago Avelino Santana dos Santos
Coordenador de Perícias Judiciais



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

09/08/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202100125}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

16/08/2021

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

I- Tendo em vista o teor do ofício de nº 298/2021, às pp. 159/160, expeça-se ofício ao Conselho Regional de Medicina - Seccional de Sergipe, para que oferte a este juízo relação de profissionais com especialização em Neurologia aptos à resolução desta demanda. Prazo de 10 (dez) dias. Ressalte-se à autarquia que a relação aqui solicitada não diz respeito a peritos, de vez que o referido órgão já informou em outras oportunidades não possuir tal cadastro, mas a médicos com especialidade em Neurologia ali registrados. II- Com a juntada da relação de profissionais, intime-se um dos médicos ali elencados a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a concordância de sua nomeação como perito neurologista, para atuar no presente feito, com previsão de recebimento do valor de R\$ 626,49, pela prestação de serviços. Caso aceite o múnus, deverá o profissional comparecer à Coordenadoria de Perícias do TJSE para o credenciamento de perito judicial, munido da documentação indicada no site tjse.jus.br (Tribunal de Justiça de Sergipe - Credenciamento de Peritos Externos). Cumpra-se com as cautelas de praxe.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo**

Nº Processo 202181300079 - Número Único: 0000075-30.2021.8.25.0067
Autor: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

I- Tendo em vista o teor do ofício de nº 298/2021, às pp. 159/160, expeça-se ofício ao Conselho Regional de Medicina - Seccional de Sergipe, para que oferte a este juízo relação de profissionais com especialização em Neurologia aptos à resolução desta demanda. Prazo de 10 (dez) dias.

Ressalte-se à autarquia que a relação aqui solicitada não diz respeito a peritos, de vez que o referido órgão já informou em outras oportunidades não possuir tal cadastro, mas a médicos com especialidade em Neurologia ali registrados.

II- Com a juntada da relação de profissionais, intime-se um dos médicos ali elencados a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a concordância de sua nomeação como perito neurologista, para atuar no presente feito, com previsão de recebimento do valor de R\$ 626,49, pela prestação de serviços.

Caso aceite o *múnus*, deverá o profissional comparecer à Coordenadoria de Perícias do TJSE para o credenciamento de perito judicial, munido da documentação indicada no site tjse.jus.br (Tribunal de Justiça de Sergipe - Credenciamento de Peritos Externos).

Cumpra-se com as cautelas de praxe.

G



Documento assinado eletronicamente por **LUIS GUSTAVO SERRAVALLE ALMEIDA, Juiz(a) de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo**, em 16/08/2021, às 11:34:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021001661561-57**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

17/08/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi ofício n 202181301240(Cremese)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

18/08/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202181301240 do tipo OFÍCIO LIVRE (assinante escrivão) [TM3500,MD2028]

{Destinatário(a): CREMESE - Conselho Regional de Medicina de Sergipe-Email: contato@cremese.org.br}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo
Rua Santa Maria, S/N
Bairro - Centro Cidade - Riachuelo
Cep - 49130000 Telefone - (79)3269-1323

Normal



202181301240

PROCESSO: 202181300079 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000075-30.2021.8.25.0067
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

EXMO. SR.

Através do presente, solicito no prazo de 10(dez) dias, que oferte a este juízo relação de profissionais com especialização em Neurologia aptos à resolução desta demanda(Seguro Obrigatório - DPVAT). Ressalte-se que a relação solicitada não diz respeito a peritos, de vez que o referido órgão já informou em outras oportunidades não possuir tal cadastro, mas a médicos com especialidade em Neurologia ali registrados.

Destinatário

Nome: CREMESE - Conselho Regional de Medicina de Sergipe-Email: contato@cremese.org.br
Endereço: Rua Boquim, 589, Centro,, , 589
Bairro: centro
Cidade: Aracaju - SE
CEP: 49010280

[TM3500, MD2028]



Documento assinado eletronicamente por **JAMILE FALCAO JASMIM MAIA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo, em 18/08/2021, às 15:03:46**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021001691167-98**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

19/08/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

De ordem do Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe, encaminho em anexo cópia do ofício acima identificado.Favor acusar recebimento.Atenciosamente,
 Juntada de Ofício

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE

Ofício nº 957/2019-PRES

Ref. Processo nº 202181300079 – Mandado nº 202181301240

Aracaju/SE, 18 de agosto de 2021.

À Excelentíssima Senhora

Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino

Juíza de Direito da Comarca de Riachuelo – Distrito de Santa Rosa de Lima/SE

Rua Santa Maria, s/nº, Centro

Riachuelo/SE CEP 49130-000

Senhora Juíza,

Através do presente, encaminhamos à Vossa Excelência em anexo relação dos profissionais médicos especialistas em Neurologia inscritos/registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe – CREMESE.

Na oportunidade, informamos que *o Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe – CREMESE, enquanto órgão de fiscalização do exercício profissional, não detém competência legal para indicar um(a) médico(a) que possa realizar a prova técnica objeto do processo acima especificado.* É que a autarquia não dispõe de cadastro de peritos, mas, apenas, a relação dos profissionais da área médica inscritos nesse regional e, eventualmente, quando preenchidos os requisitos previstos pela normatização de regência, o registro de suas respectivas especialidades.

A par disso, importa esclarecer que *o médico não precisa ser especialista para estar apto a atuar em qualquer área médica* (arts. 5º, XIII, da Constituição Federal, e 17 da Lei nº 3.268/1957).

Ao profissional graduado e inscrito no Conselho Regional de Medicina do estado em que atuar é permitido o exercício pleno da Medicina, nas mais diversas áreas, desde que se responsabilize pelos seus atos e, segundo as Resoluções nºs 1.701/2003 e 1.974/2011, não as propague ou anuncie sem realmente estar nelas registrado como especialista.

Isso significa dizer que o exercício da profissão, em qualquer um de seus ramos, é amplo e livre a todos os que tenham formação em Medicina, sendo proibida ao médico apenas e tão somente a realização de publicidade que o vincule a qualquer especialidade médica enquanto não detiver o Registro de Qualificação de Especialista – RQE – fornecido pelos Conselhos Regionais de



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE

Medicina quando satisfeitos os requisitos legais.

Desse modo, *nenhum especialista possui exclusividade na realização de qualquer ato médico, constituindo-se o título apenas um presuntivo de “plus” de conhecimento em uma determinada área da ciência médica* (Parecer CFM nº 08/1996), sendo a especialização médica, por essa razão, considerada um direito, não uma obrigação.

Atenciosamente,

Dr. Jilvan Pinto Monteiro
Presidente do CREMESE



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-SE

NEUROLOGIA

CRM	NOME	E-MAIL
2365	ALAN CHESTER FEITOSA DE JESUS	alanchester@uol.com.br
ESPECIALIDADE		RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
CLÍNICA MÉDICA - RQE Nº 1825		001/027/1825
NEUROLOGIA - RQE Nº 1826		001/027/1826
ENDEREÇO		BAIRRO MUNICÍPIO CEP TELEFONE
RUA STANLEY DA SILVEIRA, 33 SALA 208		SAO JOSE Aracaju 49015400 (79)3041-3540;(79)32116429
997	ALBERTO SILVA BARRETO	ALBERTOSIBARRETO@HOTMAIL.COM
ESPECIALIDADE		RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
NEUROCIRURGIA - RQE Nº 1105		0001/0017 /1105
NEUROLOGIA - RQE Nº 1354		0001/0020 /1354
ENDEREÇO		BAIRRO MUNICÍPIO CEP TELEFONE
RUA: CAMPOS, 671 - CLINICA DIAGNOSE		SAO JOSE Aracaju 49015220 (079)224-49032;(079)9135-1833
776	ALDETE HERMINIA DE AGUIAR OLIVEIRA	ALDETE.HERMINIA@HOTMAIL.COM
ESPECIALIDADE		RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
ELETROENCEFALOGRAFIA - RQE Nº 2244		0001/0004/2244
NEUROLOGIA - RQE Nº 135		0001/0003/135
NEUROLOGIA PEDIÁTRICA - RQE Nº 257		0001/0004/257
1941	ALESSANDRA OLIVEIRA TEIXEIRA	aoteixeira@uol.com.br
ESPECIALIDADE		RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
NEUROLOGIA - RQE Nº 3487		2/98/3487
NEUROLOGIA - RQE Nº 3824		2/165/3824
6105	AMANDA AZEVEDO NEVES ARAUJO	amanda_azevedo10@hotmail.com
ESPECIALIDADE		RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
p. 171	NEUROLOGIA - RQE Nº 4156	2/231/4156

4719	ANDERSON LUIZ CASTRO SANTIAGO	ANDERSONSANTIAGO_SE@HOTMAIL.COM
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3657	2/132/3657
1576	ANTÔNIO FERNANDO MACHADO AGUIAR	AGUIARCNN@YAHOO.COM.BR
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
	NEUROCIRURGIA - RQE Nº 1397	0001/0021/1397
	NEUROLOGIA - RQE Nº 1396	0001/0021/1396
	ENDEREÇO	BAIRRO MUNICÍPIO CEP TELEFONE
	AV. STANLEY SILVEIRA, 73 - SALA 112	SÃO JOSE Aracaju 49015400 (079)3211-9606 R 271;(079)9982-9742
2806	ARISTON MARTINS CORDEIRO	ARISTONCORDEIRO@GMAIL.COM
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
	CLÍNICA MÉDICA - RQE Nº 1650	004/083/1650
	NEUROLOGIA - RQE Nº 1649	001/025/1649
2325	AUGUSTO TAVARES DE FIGUEIREDO	sinopssopi@gmail.com
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
	NEUROLOGIA - RQE Nº 2215	001/33/2215
	NEUROLOGIA - RQE Nº 2215	2215/33/2215
2262	CARLA CRISTINA BRAZ	carlabraz2011@hotmail.com
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
	NEUROLOGIA - RQE Nº 1212	0001/0019/1212
4448	CARLA EMANUELLE PONTES GUIMARÃES	CAMANUELLE@YAHOO.COM.BR
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3152	2/31/3152
2105	EDUARDO LUIS DE AQUINO NEVES	eduardoaquინoneves@hotmail.com
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
	NEUROLOGIA - RQE Nº 905	0001/0014/905
	NEUROFISIOLOGIA CLÍNICA - RQE Nº	0001/0021/--
3337	ERIC ALLAN NUNES CARVALHO	SAUDEPLENA@SAUDEPLENA.AJU.BR
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3665	2/133/3665
	ENDEREÇO	BAIRRO MUNICÍPIO CEP TELEFONE
	RUA PASTOR EUCLIDES ARLINDO, 586	PEREIRA LOBO Aracaju 49052330 (79)30256503;(79)996524546
149	BERTO DOS SANTOS	dgil_bert@hotmail.com

	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 1628	001/024/1628			
	CLÍNICA MÉDICA - RQE Nº 1629	001/024/1629			
3409	GISELLE MELO FONTES SILVA	gimfs24@gmail.com			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 2833	002/1/2833			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 2833	2/1/2833			
3977	HELENA PINHO DE SÁ	HELENA_DE_SA@YAHOO.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	PSIQUIATRIA - RQE Nº 2471	1/38/2471			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 2536	1/38/2536			
	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	AV ANÍSIO AZEVEDO, 675 / 202	SALGADO FILHO	Aracaju	49020235	(079)99881-9609
276	HÉLIO ARAÚJO OLIVEIRA	HELIO@INFONET.COM.BR			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROCIRURGIA - RQE Nº 14	0001/0001/14			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 2528	1/38/2528			
	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	R CLÁUDIO BATISTA, 01	PALESTINA	Aracaju	49060025	(079)3214-0101;(079)9981-6951
1939	IVANILSON ALVES DE OLIVEIRA	ivanilsonol@yahoo.com.br			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 1366	001/029/1366			
	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	AV IVO DE CARVALHO Nº 457	CENTRO	Itabaiana	49500064	(79)3431-2340;(79)99917-2340
515	JOSIAS DANTAS PASSOS	JOSIAS.PASSOS@UNICREAJU.COM.BR			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROCIRURGIA - RQE Nº 464	0001/464/464			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 1538	001/023 /1538			
	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	AV.: CEL. STANLEY SILVEIRA,73 SALA 115	SAO JOSE	Aracaju	49015400	(079)3214-4739
1722	JOSÉ FÁBIO SANTOS LEOPOLDINO	jfleopo@uol.com.br			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
p. 173	NEUROFISIOLOGIA CLÍNICA - RQE Nº 1847	001/027/1847			

	NEUROLOGIA - RQE Nº 4127	2/226/4127			
	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	AV ANÍZIO AZEVEDO Nº 675 SALA 910	SALGADO FILHO	Aracaju	49020230	(079)3246-3950;(79)98102-7311
361	JOSÉ LÚCIO DE OLIVEIRA DANTAS	lucdant@uol.com.br			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	ELETROENCEFALOGRAFIA - RQE Nº 373	0001/0006/373			
	MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO - RQE Nº	0001/0016/--			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 374	0001/0006/374			
	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	RUA: SANTA LUZIA, 575	CENTRO	Aracaju	49015190	(079)3214-1666
613	JOYCE DE FARIA AMADO DE ALMEIDA	JOYCEAMADODEALMEIDA@GMAIL.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 103	0001/0002/103			
	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	R CONST JOÃO ALVES, 228	TREZE DE JULHO	Aracaju	49020345	(079)3211-4253;(079)3211-7711;(079)9987-6222
4741	KANDICE CARVALHO CAETANO	kandicecaetano@gmail.com			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3779	2/156/3779			
4583	LARISSY LIMA SANTOS	LARISSYLIMA@HOTMAIL.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3514	2/103/3514			
4050	LIS CAMPOS FERREIRA	LISCAMPOSF@YAHOO.COM.BR			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3068	2/14/3068			
3999	LORENA MARIA ALVES SOUZA	LORESOUZA04@GMAIL.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3554	2/111/3554			
4504	LUÍZA SAMPAIO BARRETTO MATOS	LUSBARRETTO@GMAIL.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3973	2/195/3973			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3974	2/195/3974			
921	MANOEL ARNON MARINHO DE QUEIROZ	ARNONQUEIROZ@HOTMAIL.COM			
p. 174	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			

	NEUROCIRURGIA - RQE Nº 598	0001/0010/598			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 597	0001/0010/597			
	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	AV. GONCALO P. ROLLEMBERG, 211-SALA 608	SAO JOSE	Aracaju	49010410	(079)214-6484
3410	MARCELO DE OLIVEIRA RIBEIRO PAIXAO	MARCELOORPAIXAO@GMAIL.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 2955	2/1/2955			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 2956	2/1/2956			
1592	MARCOS AURÉLIO DE ALMEIDA ALVES	maurelioalves@ig.com.br			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 1108	0001/0017/1108			
	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	R CAMPO DO BRITO, 823	SALGADO FILHO	Aracaju	49020590	(079)21071434;(079)9131-9651
3759	MARGLEICE MARINHO VIEIRA ROCHA	MARGLEICE@GMAIL.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3433	2/87/3433			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3434	2/87/3434			
5281	MARIA CECÍLIA TAVARES GALRÃO DE ALMEIDA	CECILIAGALRAO@GMAIL.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3142	2/29/3142			
	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	AV BR DE MARUIM Nº 576	CENTRO	Aracaju	49010340	(79)3022-6397
4988	MELINE IVONE OLIVEIRA CELESTINO MACHADO	MELINEIOCELESTINO@GMAIL.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3704	2/141/3704			
1291	PATRICIA ARANDA GARCIA DE SOUZA	aranda@infonet.com.br			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 711	0001/0011/711			
	NEUROFISIOLOGIA CLÍNICA - RQE Nº 1918	001/28/1918			
	CLÍNICA MÉDICA - RQE Nº 1293	001/28/1293			
	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	RUA CAMPOS,651	SAO JOSE	Aracaju	49015220	(079)2107-4635
2803.175	LO SAMANDAR JALALI	jalalips@hotmail.com			

	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 1658	001/025/1658			
4179	PHILIPPE JOAQUIM OLIVEIRA MENEZES MACÊDOmacedophilippe@outlook.com				
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3440	2/88/3440			
	ENDereco	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	R CONST JOÃO ALVES, 37	TREZE DE JULHO	Aracaju	49020345	(079)3224-7038
4969	PHILLIP NICOLAU GUIMARÃES DE ALMEIDA	PHILLIPNIC@HOTMAIL.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 3761	2/152/3761			
5033	RAPHAELLA MOURA CARDOSO	raphaellamc@hotmail.com			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 4107	2/222/4107			
1176	ROBERTO CESAR PEREIRA DO PRADO	RCPRADO@INFONET.COM.BR			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 1085	0001/0017 /1085			
	ENDereco	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	AV.: CEL. STANLEY SILVEIRA, 73 SLS 319/321	SAO JOSE	Aracaju	49015400	(079)3211-3837;(079)3214-3900
937	SUZANA DANTAS PASSOS	SUEPASSOS@GMAIL.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 497	0001/0008/497			
1570	TANIA MARIA MAYNART PEREIRA				
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 1557	001/023/1557			
	ENDereco	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP	TELEFONE
	RUA BAHIA, S/Nº - CEMAR	SIQUEIRA CAMPOS	Aracaju	49072050	(079)241-2317;(079)241-5030
3365	WESLEY SOARES DA CUNHA	WESLEYSC@HOTMAIL.COM			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 2963	2/1/2963			
578	ZAIRSON DE ALMEIDA FRANCO	zairsonalmeida@gmail.com			
	ESPECIALIDADE	RQE (LIVRO / FOLHA / REGISTRO)			
	NEUROLOGIA - RQE Nº 96	0001/0002/96			
	ACUPUNTURA - RQE Nº 1480	001/022/1480			

Total de Médicos: 43

Aracaju - SE, 05 de abril de 2021

Gerado Por: MELBA LORENA SILVA ROSA



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

19/08/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Diante da juntada retro, expedi mandado de intimação n 202181301259(conforme determinado despacho lançado dia 16/08/2021)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

20/08/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202181301259 do tipo Intimação Teor do Despacho [TM1704,MD1862]

{Destinatário(a): ALAN CHESTER FEITOSA DE JESUS- alanchester@uol.com.br }

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo
Rua Santa Maria, S/N
Bairro - Centro Cidade - Riachuelo
Cep - 49130000 Telefone - (79)3269-1323

Normal



202181301259

PROCESSO: 202181300079 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000075-30.2021.8.25.0067
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo da Comarca de Riachuelo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda à intimação da pessoa infra qualificado(a) para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho/sentença prolatado(a) no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: Com a juntada da relação de profissionais, intime-se um dos médicos ali elencados a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a concordância de sua nomeação como perito neurologista, para atuar no presente feito, com previsão de recebimento do valor de R\$ 626,49, pela prestação de serviços. Caso aceite o múnus, deverá o profissional comparecer à Coordenadoria de Perícias do TJSE para o credenciamento de perito judicial, munido da documentação indicada no site tjse.jus.br (Tribunal de Justiça de Sergipe - Credenciamento de Peritos Externos). Cumpra-se com as cautelas de praxe.

Qualificação do Destinatário do Ato Judicial:

Nome: ALAN CHESTER FEITOSA DE JESUS- alanchester@uol.com.br

Residência: RUA STANLEY DA SILVEIRA, 33 SALA 208, , 33

Bairro:São José

Cidade:Aracaju - SE

[TM1704, MD1862]



Documento assinado eletronicamente por **JAMILE FALCAO JASMIM MAIA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo, em 20/08/2021, às 08:51:03**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021001707775-37**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

09/09/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que diante da falta de resposta do mandado nº 202181301259, expedi mandado nº 202181301368(neurologista RAPHAELLA MOURA)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

09/09/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202181301368 do tipo Intimação Teor do Despacho [TM1704,MD1862]

{Destinatário(a): RAPHAELLA MOURA CARDOSO- raphaellamc@hotmail.com}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo
Rua Santa Maria, S/N
Bairro - Centro Cidade - Riachuelo
Cep - 49130000 Telefone - (79)3269-1323

Normal



202181301368

PROCESSO: 202181300079 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000075-30.2021.8.25.0067
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo da Comarca de Riachuelo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda à intimação da pessoa infra qualificado(a) para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho/sentença prolatado(a) no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: I- Tendo em vista o teor do ofício de nº 298/2021, às pp. 159/160, expeça-se ofício ao Conselho Regional de Medicina - Seccional de Sergipe, para que oferte a este juízo relação de profissionais com especialização em Neurologia aptos à resolução desta demanda. Prazo de 10 (dez) dias. Ressalte-se à autarquia que a relação aqui solicitada não diz respeito a peritos, de vez que o referido órgão já informou em outras oportunidades não possuir tal cadastro, mas a médicos com especialidade em Neurologia ali registrados. II- Com a juntada da relação de profissionais, intime-se um dos médicos ali elencados a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a concordância de sua nomeação como perito neurologista, para atuar no presente feito, com previsão de recebimento do valor de R\$ 626,49, pela prestação de serviços. Caso aceite o múnus, deverá o profissional comparecer à Coordenadoria de Perícias do TJSE para o credenciamento de perito judicial, munido da documentação indicada no site tjse.jus.br (Tribunal de Justiça de Sergipe - Credenciamento de Peritos Externos). Cumpra-se com as cautelas de praxe.

Qualificação do Destinatário do Ato Judicial:

Nome: RAPHAELLA MOURA CARDOSO- raphaellamc@hotmail.com

Residência: r, , s/n

Bairro:centro

Cidade:aracaju - SE

[TM1704, MD1862]



Documento assinado eletronicamente por **JAMILE FALCAO JASMIM MAIA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo**, em 09/09/2021, às 12:35:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021001875697-28**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

02/10/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que diante da falta de resposta do mandado nº 202181301368 , expedi mandado n 202181301478(neurologista ANTÔNIO FERNANDO MACHADO AGUIAR)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

05/10/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202181301478 do tipo Intimação Teor do Despacho [TM1704,MD1862]

{Destinatário(a): ANTÔNIO FERNANDO MACHADO AGUIAR- AGUIARCNNS@YAHOO.COM.BR}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo
Rua Santa Maria, S/N
Bairro - Centro Cidade - Riachuelo
Cep - 49130000 Telefone - (79)3269-1323

Normal



202181301478

PROCESSO: 202181300079 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000075-30.2021.8.25.0067
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo da Comarca de Riachuelo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda à intimação da pessoa infra qualificado(a) para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho/sentença prolatado(a) no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: Com a juntada da relação de profissionais, intime-se um dos médicos ali elencados a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a concordância de sua nomeação como perito neurologista, para atuar no presente feito, com previsão de recebimento do valor de R\$ 626,49, pela prestação de serviços. Caso aceite o múnus, deverá o profissional comparecer à Coordenadoria de Perícias do TJSE para o credenciamento de perito judicial, munido da documentação indicada no site tjse.jus.br (Tribunal de Justiça de Sergipe - Credenciamento de Peritos Externos). Cumpra-se com as cautelas de praxe.

Qualificação do Destinatário do Ato Judicial:

Nome: ANTÔNIO FERNANDO MACHADO AGUIAR- AGUIARCNNS@YAHOO.COM.BR
Residência: AV. STANLEY SILVEIRA, 73 - SALA 112, , 73
Bairro:SÃO JOSÉ
Cidade:ARACAJU - SE

[TM1704, MD1862]



Documento assinado eletronicamente por **JAMILE FALCAO JASMIM MAIA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo, em 05/10/2021, às 08:42:14**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021002093203-64**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

19/10/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

ANTONIO FERNANDO MACHADO AGUIAR
 Juntada de Ofício

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Excelentíssimo Senhor Juiz da Comarca de Santa Rosa de Lima/Riachuelo/Se
Processo 202181300079

ANTONIO FERNANDO MACHADO AGUIAR, brasileiro, casado, médico,
portador do CPF 414.876.135-04, CRM 1576, endereço do consultório: Rua Campos,
671, Bairro São José, CEP 49015-220 - Aracaju/SE vem, perante Vossa Excelência,
manifestar interesse à nomeação como perito judicial nos autos do Processo
202181300079

Perícia pode ser realizada no dia 29/10/2021 às 16:30h

Local: Clínica Diagnose

Rua campos, 671 – Bairro São José – 2º andar – Recepção F

Fone: 79 3211-8352 ou 793214-1288

Sem mais, registra o votos de estima e distinta consideração por Vossa Excelência.

Aracaju, 08 de Outubro de 2021

ANTONIO FERNANDO MACHADO AGUIAR

Médico



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

20/10/2021

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimem-se as partes acerca da perícia a ser realizada dia 29/10/2021 às 16:30h, com o Perito ANTONIO FERNANDO MACHADO AGUIAR. Local: Clínica Diagnose Rua campos, 671 Bairro São José 2º andar Recepção
FFone: 79 3211-8352 ou 793214-1288

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

20/10/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi mandado de intimação n 202181301559(requerente- perícia)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

21/10/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202181301559 do tipo Intimação Cumprimento de Despacho/Ato Ordinatório Cota Promotorial [TM1406,MD1826]

 {Destinatário(a): CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo
Rua Santa Maria, S/N
Bairro - Centro Cidade - Riachuelo
Cep - 49130000 Telefone - (79)3269-1323

Perícia



202181301559

PROCESSO: 202181300079 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000075-30.2021.8.25.0067
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo da Comarca de Riachuelo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, INTIME a pessoa abaixo identificada, para cumprir o/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos, na forma da finalidade adiante.

Prazo: -

Finalidade: Intimem-se as partes acerca da perícia a ser realizada dia 29/10/2021 às 16:30h, com o Perito ANTONIO FERNANDO MACHADO AGUIAR. Local: Clínica Diagnose Rua campos, 671 ? Bairro São José ? 2º andar ? Recepção F Fone: 79 3211-8352 ou 793214-1288

Qualificação do Destinatário do Ato Judicial:

Nome : CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
Residência : Povoado Areias, nº 89, Zona Rural, 89
Bairro :
Cidade : SANTA ROSA DE LIMA - SE - SE

[TM1406, MD1826]



Documento assinado eletronicamente por **JAMILE FALCAO JASMIM MAIA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo, em 21/10/2021, às 10:28:53**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021002228895-82**.

Recebi o mandado 202181301559 em ____/____/____



CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

27/10/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202181301559 do tipo Intimação Cumprimento de Despacho/Ato Ordinatório Cota Promotorial [TM1406,MD1826] - Certidão do Oficial de Justiça

 {Destinatário(a): CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo
Rua Santa Maria, S/N
Bairro - Centro Cidade - Riachuelo
Cep - 49130000 Telefone - (79)3269-1323

Perícia



202181301559

PROCESSO: 202181300079 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000075-30.2021.8.25.0067
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo da Comarca de Riachuelo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, INTIME a pessoa abaixo identificada, para cumprir o/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos, na forma da finalidade adiante.

Prazo: -

Finalidade: Intimem-se as partes acerca da perícia a ser realizada dia 29/10/2021 às 16:30h, com o Perito ANTONIO FERNANDO MACHADO AGUIAR. Local: Clínica Diagnose Rua campos, 671 ? Bairro São José ? 2º andar ? Recepção F Fone: 79 3211-8352 ou 793214-1288

Qualificação do Destinatário do Ato Judicial:

Nome : CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
Residência : Povoado Areias, nº 89, Zona Rural, 89
Bairro :
Cidade : SANTA ROSA DE LIMA - SE - SE

[TM1406, MD1826]



Documento assinado eletronicamente por **JAMILE FALCAO JASMIM MAIA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo**, em 21/10/2021, às 10:28:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021002228895-82**.

Recebi o mandado 202181301559 em ____/____/____



CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PROCESSO: 202181300079 (Eletrônico)
NATUREZA: Cível
NÚMERO ÚNICO: 0000075-30.2021.8.25.0067
MANDADO: 202181301559
DATA DE CUMPRIMENTO: 26/10/2021 00:00

DESTINATÁRIO: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
ENDEREÇO: Povoado Areias, nº 89, Zona Rural nº 89. SANTA ROSA DE LIMA/ SE. CEP: 49640-000
TIPO DE MANDADO: Intimação Cumprimento de Despacho/Ato Ordinatório Cota Promotorial
DATA DE AUDIÊNCIA:

C E R T I D ã O

INTIMADA, APÓS O CIENTE, ACEITANDO A CONTRAFÉ

INTIMAÇÃO FEITA ATRAVÉS DO APLICATIVO WHATSAPP, CONTATO DE NÚMERO(79)998224399.

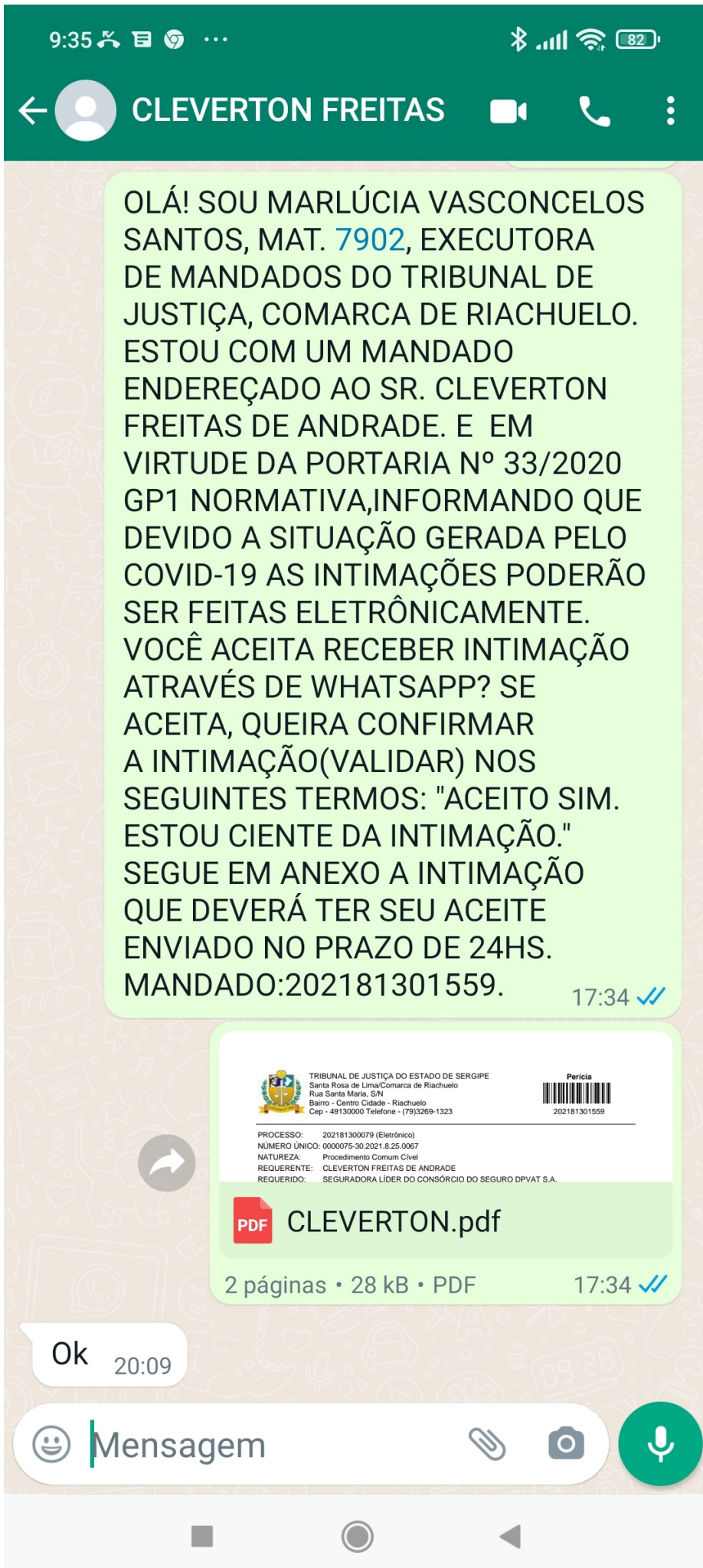
[TC1406, MD47]



Documento assinado eletronicamente por **MARLUCIA VASCONCELOS SANTOS, Oficial de Justiça**, em 27/10/2021, às 09:57:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021002278836-82**.





**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

28/10/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Antonio Fernando Machado AguiarPerito/ CRM 1576
 Juntada de Ofício

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Excelentíssimo Senhor Juiz da Comarca de Santa Rosa de Lima/Riachuelo/Se
Processo 202181300079

ANTONIO FERNANDO MACHADO AGUIAR, brasileiro, casado, médico,
portador do CPF 414.876.135-04, CRM 1576, endereço do consultório: Rua Campos,
671, Bairro São José, CEP 49015-220 - Aracaju/SE vem, perante Vossa Excelência,
manifestar interesse à nomeação como perito judicial nos autos do Processo
202181300079

Perícia pode ser realizada no dia 29/10/2021 às 16:30h

Local: Clínica Diagnose

Rua campos, 671 – Bairro São José – 2º andar – Recepção F

Fone: 79 3211-8352 ou 793214-1288

Sem mais, registra o votos de estima e distinta consideração por Vossa Excelência.

Aracaju, 08 de Outubro de 2021

ANTONIO FERNANDO MACHADO AGUIAR

Médico



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

24/11/2021

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intime-se o perito Antonio Fernando Machado Aguiar para informar acerca da realização da perícia e respectivo laudo pericial.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

30/11/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202181301726 do tipo Intimação parte do processo teor do despacho [TM1869,MD1887]

 {Destinatário(a): ANTÔNIO FERNANDO MACHADO AGUIAR- AGUIARCNNS@YAHOO.COM.BR}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo
Rua Santa Maria, S/N
Bairro - Centro Cidade - Riachuelo
Cep - 49130000 Telefone - (79)3269-1323

Normal



202181301726

PROCESSO: 202181300079 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000075-30.2021.8.25.0067
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)**, para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho prolatado no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: Intime-se o perito Antonio Fernando Machado Aguiar para informar acerca da realização da perícia e respectivo laudo pericial.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : ANTÔNIO FERNANDO MACHADO AGUIAR- AGUIARCNNS@YAHOO.COM.BR
Residência : AV. STANLEY SILVEIRA, 73 - SALA 112, , 73
Bairro : SÃO JOSÉ
Cep : 49015400
Cidade : ARACAJU - SE - SE

[TM1869, MD1887]

Advertência: Portaria Normativa nº 73/2021 - somente serão permitidos o ingresso e a permanência aos Fóruns e demais prédios e espaços do Poder Judiciário do Estado de Sergipe mediante apresentação de **COMPROVANTE DE VACINAÇÃO**, de pelo menos uma dose do imunizante contra a **COVID-19**.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA PAOLA OLIVEIRA DOS SANTOS, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo**, em 30/11/2021, às 12:19:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021002547491-16**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

06/12/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Laudo pericial
 Juntada de Laudo

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Perícia médica

Processo : 202181300079

Cleverton Freitas de Andrade

RG 70170703

27 anos

Anamnese:

Informações prestadas , pelo próprio paciente , que esteve em avaliação médica , sem acompanhantes .

Sofreu acidente de motocicleta , era condutor , foi desviar de um cachorro e bateu no fundo de outra moto que também estava em deslocamento .

O acidente ocorreu no dia 16 de julho de 2020 por volta das 20 horas e 30 minutos.

Estava sem capacete , nega ter bebido , ficou desacordado e foi levado para o Hospital de Itabaiana, onde recebeu o primeiro atendimento .

Depois , foi transferido para o HUSE, no dia 17 de julho de 2020, com cefaléia e otoliquorréia .

Ficou internado , no Pronto Socorro e depois em enfermaria , até 01 de agosto de 2021 . Não precisou ser operado , havendo o fechamento completo da fístula líquórica , pelo ouvido.

Tomografia da admissão – fratura transversa da mastóide esquerda , pneumoencéfalo , contusão fronto-temporal do lado contrário, ao lado da fratura .

Previamente ao trauma , era hígido e não fazia uso de medicamentos .

Ficou com paresia facial periférica , enrugando parcialmente a fronte do lado esquerdo , fechamento da pálpebra é completo , embora não esteja com 100 % da força . Ao fechar a pálpebra , não há exposição do globo ocular , tem assimetria da rima bucal (recuperação parcial) , que fica evidente quando fala ou ao sorrir.

Não foi feita audiometria (mas alega não escutar pelo ouvido esquerdo) . Pelo tipo de fratura é possível ter perda completa da audição deste lado , mas não há comprovação através de exames otológicos (audiometria e BERA).

Atualmente , sem fazer uso de medicamentos .

Faz fisioterapia 2 x semana .

Também não fez eletroneuronografia , que seria fundamental para documentar a lesão parcial do nervo facial .

Fora a paresia do facial e a queixa de anacusia do lado da fratura ,todo o exame neurológico é normal .

Concluindo :

O acidente de motocicleta é o responsável pelo Traumatismo crânio-encefálico .

No trauma houve fratura transversa da mastóide do lado esquerdo , com lesão dural , ocasionando pneumoencéfalo (ar intra-craniano) e uma fístula liquórica temporária , que fechou , sem a necessidade de cirurgia .

Ainda em decorrência do trauma , houve uma hemorragia intra-cerebral , na região frontal e temporal do lado direito (lesão por contra-golpe) , que também foi tratada de modo conservador , com ótima evolução .

A perda completa da audição do lado esquerdo é possível e provável , tem relação direta com o trauma , mas faltam os exames complementares otológicos para o registro da lesão . Uma vez comprovada , não há expectativa de recuperação (perda definitiva) .

Mesmo com a (suposta) perda total da audição do lado esquerdo , por ter a audição totalmente preservada à direita , o paciente consegue se comunicar de forma normal , sem a necessidade de nenhum tipo de aparelho , uso da palavra escrita , gestos ou mímicas .

A paresia , que significa , uma perda parcial da função motora do nervo facial do lado esquerdo , está diretamente relacionada ao trauma , e ainda há possibilidade de melhorar ao longo do tempo .

Para avaliar, com maior acurácia,o grau de recuperação, é recomendado a eletroneuronografia do nervo facial .

Hoje , no visual , estimamos ter tido uma recuperação funcional torno de 70 a 80 % .

Pela Classificação de House – Brackmann , que varia de 1 (normal) a 6 (paralisia total) . O paciente ficaria em , 2 (leve a moderada – fecha o olho , não apresenta déficit desfigurante e só fica bem evidente a paralisia com o sorriso forçado , não sendo, facilmente notada, em repouso) .

Apesar das lesões, acima enumeradas , o paciente está apto para o retorno pleno ao trabalho ,sem restrição de nenhuma natureza .

Coloco-me à disposição para responder eventuais questionamentos ,caso seja necessário .

Aju , 29 de outubro de 2021

Antônio Fernando Machado Aguiar

Neurologia – Neurocirurgia

CRM – SE : 1576

RQE : 1396 e 1397



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

06/12/2021

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar as partes por seus advogados/defensor público, sobre laudo pericial juntado aos autos no dia 06/12/2021 00:24:25, conforme disposto no art.477, § 1º do CPC.Prazo: 15 (quinze) dias.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

15/12/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIACHUELO/SE

Processo: 202181300079

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**:

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da parte autora encontra-se descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Pelo exposto, requer que seja acolhida a conclusão pericial e, em consequência, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIACHUELO, 15 de dezembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

30/12/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Depósito Judicial nº 211221033403754 do BANESE referente a Pagamento do Débito, ocorrido em 29/12/2021, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA em favor de CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE.

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do depósito da conta judicial: 62288058704 - Parcela: 1

Banco - BANESE

CPF/CNPJ do depositante	09.248.608/0001-04
Nome do depositante	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ID da guia	1950032
Origem	Interligação
Data do depósito	29/12/2021
Forma de recolhimento	DINHEIRO
Valor do depósito	250,00



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

21/01/2022

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ELTON SOARES DIAS - 10289}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



ELTON SOARES DIAS
ADVOGADO

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
VARA CÍVEL DE SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO/SE.**

Processo nº 202181300079

CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE, devidamente qualificado nos autos identificada em epígrafe, que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, também já qualificada, vem, por conduto de seu advogado subscritor, ante a presença de Vossa Excelência, apresentar sua manifestação acerca do laudo pericial, nos seguintes termos:

01. Confirmou o Perito as informações contidas na Inicial de que os problemas de saúde do Requerente foram causados pelo acidente de trânsito sofrido, motivo pelo qual, ratifica os pedidos da Exordial, devendo a presente demanda ser julgada totalmente procedente em todos os seus termos.

J. aos autos

Nestes Termos

PEDE DEFERIMENTO

Aracaju, 21 de janeiro de 2022.

ELTON SOARES DIAS
OAB/SE nº 10.289



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

25/01/2022

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

30/01/2022

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIACHUELO/SE

Processo: 202181300079

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

RIACHUELO, 3 de janeiro de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Guia - Ficha de Compensação

			N° DA CONTA JUDICIAL 0	
N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO 28/12/2021	AGÊNCIA (PREF / DV) 0	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 28/12/2021	N° DA GUIA 019500325	N° DO PROCESSO 00000753020218250067		
UF/COMARCA SE	ORGÃO/VARA Vara Cível	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 250,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		TIPO DE PESSOA Jurídica	CPF / CNPJ 09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE		TIPO DE PESSOA FÍSICA	CPF / CNPJ 07080037530	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA EC429C411E793D23				
CÓDIGO DE BARRAS 04791.59097 00001.601954 00325.047983 1 88610000025000				

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202181300079

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA	Data de Vencimento 10/01/2022	Valor Cobrado R\$ 250,00
Agência / Código do Cedente 015/909000016	Nosso Número 01950032-5	Autenticação Mecânica

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601954 00325.047983 1 88610000025000**

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE					Vencimento 10/01/2022
Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE					Agência/Cod Beneficiário 015/909000016
Data do Documento 21/12/2021	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento 21/12/2021	Nosso Número 01950032-5
Uso Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento R\$ 250,00
Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento.					(-) Desconto/abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO





**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

24/02/2022

MOVIMENTO:

Julgamento

DESCRIÇÃO:

[...]Ante o exposto, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado pelo autor, nos termos do fundamento supra. Condeno o requerente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, mas cuja exigibilidade fica suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, inexistindo requerimentos, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo

Nº Processo 202181300079 - Número Único: 0000075-30.2021.8.25.0067
Autor: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Improcedência

Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT por Invalidez Permanente proposta por CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE, já qualificado, em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, também qualificada, alegando que, no dia 16/07/2020, por volta das 20h30, foi vítima de um acidente de trânsito quando trafegava de motocicleta pelo Povoado Lagoa do Carão e acabou colidindo com outra motocicleta ao tentar desviar de um cachorro que atravessava a pista.

Aduz que foi resgatado pelo SAMU e encaminhado para o HUSE onde se constatou lesões graves, que resultaram em fortes dores de cabeça, perda do equilíbrio, perda de audição e perda parcial da visão do olho esquerdo, pugnando, por fim, pela condenação da requerida ao pagamento de indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), bem como a restituição do valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) referentes a despesas médicas (consultas, remédios, etc.).

Instruiu a inicial com os documentos de pp. 11/65.

Gratuidade judiciária deferida, à p. 68.

A requerida, devidamente citada, apresentou contestação às pp. 72/80, arguindo, preliminarmente, a falta de interesse de agir ante a ausência de pedido administrativo prévio e, no mérito, a ausência de laudo do IML qualificando o grau da lesão, o pagamento proporcional à lesão, o não cabimento da renovação indenizatória, a ausência de nexo de causalidade entre o sinistro e as alegadas despesas com medicamentos. Pugna, por fim, pela total improcedência da demanda.

Réplica às pp. 132/136.

Às pp. 139/141, consta decisão saneadora afastando a preliminar e determinando a produção de prova pericial médica.

Laudo Pericial Médico, às pp. 205/207.

À p. 210, o requerido manifestou-se favorável ao laudo pericial, requerendo a improcedência dos pedidos iniciais.

À p. 214, o requerente manifestou-se, ratificando os pedidos da inicial.

É o relatório. DECIDO.

A ação versa sobre pedido indenizatório a título de seguro DPVAT - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, em decorrência de acidente de trânsito.

No caso dos autos, em resumo, a parte autora aduz que foi vítima de acidente de trânsito, mas alega não ter recebido a indenização correspondente às lesões e sequelas sofridas.

Instada a se manifestar acerca do laudo pericial, a parte demandante manifestou concordância com o resultado da perícia, *in verbis*: “Confirmou o Perito as informações contidas na Inicial de que os problemas de saúde do Requerente foram causados pelo acidente de trânsito sofrido, motivo pelo qual, ratifica os pedidos da Exordial, devendo a presente demanda ser julgada totalmente procedente em todos os seus termos” (214).

Pois bem. Em que pese os derradeiros argumentos trazidos pelo autor, não vejo de que modo o referido laudo venha a ser favorável à sua demanda.

Ora, é consabido que o DPVAT impõe o pagamento de prêmio aos proprietários de veículos automotores de via terrestre, garantindo, assim, às vítimas de acidentes, recebimento de indenização, quando da ocorrência de morte ou invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas e hospitalares, ainda que os responsáveis pelos danos causados não arquem com a reparação devida.

A questão aqui, portanto, não se restringe à mera comprovação de nexo de causalidade entre o acidente e os problemas de saúde dele decorrentes, mas saber se tais problemas resultaram em invalidez ou debilidade permanente.

Na peça inicial, o autor justifica o pedido de cobrança do seguro DPVAT sob a alegação de sequelas permanentes em decorrência do acidente automobilístico, quais sejam: “dores de cabeça, perda do equilíbrio, perda de audição e sequelas com perda da visão do olho esquerdo” (sic) (p. 7).

O perito médico, por outro lado, concluiu o seguinte, no laudo juntado aos autos:

“A perda completa da audição do lado esquerdo é possível e provável, tem relação direta com o trauma, mas faltam os exames complementares otológicos para o registro da lesão. Uma vez comprovada, não há expectativa de recuperação (perda definitiva).

Mesmo com a (suposta) perda total da audição do lado esquerdo, por ter a audição totalmente preservada à direita, o paciente consegue se comunicar de forma normal, sem a necessidade de nenhum tipo de aparelho, uso da palavra escrita, gestos ou mímicas

A paresia, que significa, uma perda parcial da função motora do nervo facial do lado esquerdo, está diretamente relacionada ao trauma, e ainda há possibilidade de melhorar ao longo do tempo.

Para avaliar, com maior acurácia, o grau de recuperação, é recomendado a eletroneuronografia do nervo facial” (p. 206).

Como é possível verificar acima, a perícia médica não confirmou invalidez ou debilidade permanente com relação aos problemas de saúde alegados pelo demandante. Há sim, é bem verdade, suspeita da perda completa da audição do lado esquerdo, que, porém, necessita de exames complementares para que seja confirmado. Exames, importa frisar, que o autor não

trouxe aos autos. O perito também constatou a existência de paresia (perda parcial da função motora do nervo facial) no lado esquerdo, sequela que não se enquadra nas situações previstas na tabela anexada pela Lei nº 11.945 de 2009.

Em suma, não foi apurada pela perícia médica a existência de sequelas que resultem em perda incapacitante, estando o autor, portanto, apto a exercer suas atividades. Desta forma, não tendo sido constatada invalidez ou debilidade permanente do autor, indevida é qualquer indenização.

Vejamos entendimento jurisprudencial:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – LAUDO PERICIAL QUE, DE FORMA CATEGÓRICA, CONCLUIU QUE O AUTOR APRESENTA SEQUELAS RESIDUAIS, SENDO DIAGNOSTICADO COM FRATURA DA DIÁFISE DA ULNA (CID-10: S52.2), COM BOA FUNÇÃO NO MEMBRO SUPERIOR – INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PERMANENTE – CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADA – REQUERENTE QUE NÃO FAZ JUS À INDENIZAÇÃO PLEITEADA - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO PARA LHE NEGAR PROVIMENTO – DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 202100822152 Nº único: 0047017-95.2019.8.25.0001 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): José dos Anjos - Julgado em 30/09/2021)

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)- ACIDENTE DE VEÍCULO - AÇÃO DE COBRANÇA - INVALIDEZ PERMANENTE - LAUDO PERICIAL QUE CONSTATOU A AUSÊNCIA DE SEQUELAS - INEXISTÊNCIA DE INDENIZAÇÃO A RECEBER - AÇÃO DE COBRANÇA JULGADA IMPROCEDENTE - RECURSO NÃO PROVIDO. A indenização securitária (DPVAT) por invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico deve ser mensurada em função do grau de incapacidade, observada a Tabela expedida pela SUSEP. Constatado nos autos, através da perícia judicial, que a parte autora não apresenta sequela funcional em decorrência do acidente, de rigor a manutenção integral da sentença de improcedência, eis que não faz jus ao recebimento de qualquer indenização. (TJ-SP - AC: 10020207420198260197 SP 1002020-74.2019.8.26.0197, Relator: Paulo Ayrosa, Data de Julgamento: 14/12/2021, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/12/2021)

Quanto ao pedido de restituição dos valores pagos em consultas e medicamentos, para tratamento dos problemas de saúde decorrentes do sinistro, verifico que o autor não juntou nos autos qualquer comprovante das referidas despesas que sustente e justifique o pleito. Deste modo, não tendo sido constatados os gastos alegados pelo requerente, indevida é qualquer restituição.

Assim, considerando que a parte autora não se encontra com invalidez ou debilidade permanente do membro ou função, nem comprovou os gastos alegados, vê-se que o pedido inicial merece ser julgado improcedente.

Ante o exposto, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado pelo autor, nos termos do fundamento supra.

Condeno o requerente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, mas cuja exigibilidade fica suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Com o trânsito em julgado, inexistindo requerimentos, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

G



Documento assinado eletronicamente por **LUIS GUSTAVO SERRAVALLE ALMEIDA, Juiz(a) de Santa Rosa de Lima/Comarca de Riachuelo**, em 24/02/2022, às 10:59:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2022000389267-54**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

08/03/2022

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Apelação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ELTON SOARES DIAS - 10289}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



ELTON SOARES DIAS
ADVOGADO

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
VARA CÍVEL DE SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO/SE.**

Processo nº: 202181300079

CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, neste ato representado por seu advogado que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE DANO MORAL**, que move em face da empresa **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

O Apelante é beneficiário da justiça gratuita.

J. aos autos.

Nestes Termos;

Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 08 de março de 2022.

ELTON SOARES DIAS
OAB/SE 10.289

RAZÕES DO RECORRENTE;

EGRÉGIA TURMA RECURSAL

EMÉRITOS JULGADORES;

Processo: 202181300079

ORIGEM: DA VARA CÍVEL DE SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO/SE

Apelante: CLEVERTON FREITAS DE ANDRADE

Apelada: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SÍNTESE DOS FATOS

01. O Apelante moveu ação contra a Apelada por esta não ter pago a indenização referente ao seguro DPVAT em virtude das sequelas deixadas pelo acidente de trânsito sofrido, apesar de ter juntado vários exames e relatórios médicos anexados com a Inicial e o laudo pericial ter identificado algumas sequelas, ainda assim, o Julgador de Piso julgou improcedente os pedidos formulados pelo Requerente.

DO MÉRITO

DA PERICIA NÃO REALIZADA

02. O Nobre Magistrado de Piso julgou improcedente a ação promovida pelo Apelante, entendendo que o acidente não deixou sequelas permanentes e indenizáveis, o que é estranho a nosso ver, já que essa decisão vai de encontro a toda a documentação médica anexada com Inicial.

03. Há nos autos uma vasta documentação médica que sequer foi citada pelo Nobre Julgador de Piso na sua decisão, que baseou sua decisão no laudo pericial interpretando o mesmo da forma mais prejudicial possível ao Apelantes.

04. Se observarmos o laudo pericial, vemos que o perito médico disse na conclusão do laudo que “ *Apesar das lesões, acima enumeradas , o paciente está apto para o retorno pleno ao trabalho ,sem restrição de nenhuma natureza*”, ou seja , o perito enumerou algumas lesões em virtude do acidente de trânsito sofrido pelo Apelante.

05. É importante dizer que o fato do Requerente está apto a trabalhar, não quer dizer que as sequelas deixadas pelo acidente não precisam ser indenizadas, uma coisa não está atrelada a outra como vamos discorrer aqui.

06. Vejamos o que disse o Nobre perito sobre a lesão no ouvido esquerdo do Apelante:

(...)

A perda completa da audição do lado esquerdo é possível e provável, tem relação direta com o trauma, mas faltam os exames complementares otológicos para o registro da lesão. Uma vez comprovada, não há expectativa de recuperação (perda definitiva).

(...)

07. O perito identificou a lesão no ouvido esquerdo, disse que é possível e provável que essa lesão foi causada pelo trauma, ou seja, e lesão está lá, isso não é questionável, existe a lesão e não há possibilidade de recuperação, os exames complementares comprovariam o que exatamente, nos perguntamos. O laudo pericial serve para dizer se ficou alguma lesão após o acidente sofrido pelo Apelante, o perito identificou a lesão, isso é pacífico, a segunda dúvida seria se a lesão foi causada pelo acidente de trânsito, o perito disse que é possível e provável, se não houvesse relação, o perito poderia ter dito de forma direta, sem relação com o acidente sofrido.

08. O Nobre Julgador de Piso interpretou a expressão “ possível e provável ” como sendo sem relação com o acidente, quanto ao fato das sequelas não ter invalidado o Apelante em relação ao trabalho, isso não quer dizer nada, a lei do seguro DPVAT trata de lesões referente a cada membro ou parte do corpo, assim, se o acidente acabou lesionando uma parte específica do corpo, a indenização será paga observando o órgão, membro ou parte do corpo comprometida e não se as sequelas deixam o Apelante invalido para o trabalho.

09. Vejamos o que perito disse sobre a paresia motora do nervo facial:

(...)

A paresia, que significa, uma perda parcial da função motora do nervo facial do lado esquerdo, está diretamente relacionada ao trauma, e ainda há possibilidade de melhorar ao longo do tempo.

(...)

Grifamos

10. Como podemos ver, o perito confirma que a lesão na face foi causada pelo acidente de trânsito sofrido pelo o Apelante, confirmando que o mesmo está sequelado, embora diga que ainda há a possibilidade de melhora ao longo do tempo, é uma possibilidade, não é uma certeza, bem como, nos questionamos, sobre o que se trata a expressão ao longo do tempo, o acidente ocorreu em julho de 2020, a perícia foi realizada em outubro de 2021, o Apelante tem que esperar chegar o prazo próximo a prescrição do seu direito para promover a ação, entendemos que não.

11. Mesmo comprovada a sequela, mas, em virtude do Perito ter dito que existe uma possibilidade de melhora, o Nobre Julgador de Piso, interpretou o laudo de forma prejudicial ao Apelante, indeferindo seus pedidos.

12. Pedimos *vênia* ao Nobre Julgador de Piso, mas a decisão tomada vai na contra mão de toda a documentação anexada aos autos, inclusive o laudo produzido pelo perito indicado pelo tribunal, este como dito acima, enumerou as lesões do Apelante, significa dizer que foram identificadas mais de uma lesão, e ainda assim, a ação foi julgada improcedente.

13. Se observamos o conjunto probatório, vamos ver que a Apelante quase foi a óbito, o acidente foi gravíssimo e o mesmo perdeu a audição além de ficar com outras sequelas irreversíveis.

14. Assim, em virtude do exposto, Requer a reforma da sentença para que seja deferido o pedido de pagamento de indenização feito pela parte Apelante com base na documentação médica anexada aos autos.

DOS PEDIDOS

Ex positis, o Apelante requer aos Excelentíssimos Senhores Doutores que seja recebido e conhecido o presente Recurso de Apelação para reformar a sentença de primeiro grau nos termos acima pleiteados, por ser medida de DIREITO.

NESTES TERMOS,

PEDE DEFERIMENTO

Aracaju/SE, 08 de março de 2022.

ELTON SOARES DIAS
OAB/SE nº 10.289



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

11/03/2022

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que a parte autora apresentou recurso de apelação TEMPESTIVAMENTE.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA ROSA DE LIMA/COMARCA DE RIACHUELO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE LIMA
Rua Deoclides Paes de Azevedo, Bairro Centro, Santa Rosa de Lima/SE, CEP 49640000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202181300079

DATA:

11/03/2022

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim